

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

**PROGRAMA BOLSA FLORESTA: A INSERÇÃO DOS MORADORES  
DA COMUNIDADE BELA CONQUISTA DA RESERVA  
EXTRATIVISTA CATUA-IPIXUNA – AM**

MANAUS

2012

ALBA DOS PRAZERES DE ANDRADE

**PROGRAMA BOLSA FLORESTA: A INSERÇÃO DOS MORADORES  
DA COMUNIDADE BELA CONQUISTA DA RESERVA  
EXTRATIVISTA CATUA-IPIXUNA – AM**

Dissertação apresentada à banca examinadora para defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Linha de pesquisa: Serviço Social, Diversidade Sócio-Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloisa Helena Correa da Silva.

MANAUS

2012

Ficha Catalográfica elaborada por **Ligiane Gemaque Cardoso**  
Bibliotecária CRB 11/689

P859p ANDRADE, Alba dos Prazeres de.  
Programa Bolsa Floresta: a inserção dos moradores da comunidade Bela Conquista da Reserva extrativista CATua-Ipixuna - Am / Alba dos Prazeres Santos de Andrade. – Manaus: UFAM/ICHL, 2012.  
107f.:Il.;31cm.  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas – 2012.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Helena Correa da Silva  
  
1. Programa Bolsa Floresta 2. Sustentabilidade 3. Serviço Social.  
  
CDU – 364.464 (=811-82)

PROGRAMA BOLSA FLORESTA: UM ESTUDO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS  
AMBIENTAIS PARA AS COMUNIDADES DA RESEX CATUÁ-IPIXUNA NO  
AMAZONAS

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloisa Helena Correa da Silva - Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elenise Faria Scherer - Membro  
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Yoshiko Sasaki - Membro  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Aprovada em \_\_\_/ \_\_\_/ \_\_\_\_

MANAUS

2012

## **DEDICATÓRIA**

*À minha família pelo constante apoio. Aos moradores da comunidade Bela Conquista, na RESEX Catuá-Ipixuna, que se disponibilizaram a contribuir para este estudo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sua grandiosidade em agraciar-me com a oportunidade de concretizar este estudo, concedendo-me fé e perseverança por todos os obstáculos vencidos.

Aos meus pais, Belizário (*in memorian*) e Fátima por respeitarem minhas escolhas e apoiarem este desafio na minha vida. Aos irmãos, em especial Antonietta, que incondicionalmente foi companheira durante todo o tempo. A toda a minha família, pelo respeito e paciência da minha ausência nos diversos momentos.

Aos amigos sempre queridos, que aqui não poderia esquecer-me de nenhum. Entretanto, em nome de todos faço referência a Daniele Cordeiro, pelas conversas descontraídas, nos poucos momentos de folga e a Bruno Rodrigues, pelas diversas vezes que esteve presente incentivando, dando ânimo e carinho quando as forças para prosseguir eram poucas, em meio aos limites pessoais, nem o tempo e a distancia impossibilitaram que continuasse a contribuir para a concretização deste trabalho. Assim, agradeço a todos os amigos que apoiaram este processo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFAM: Cristiane Fernandes, Yoshiko Sasaki, Socorro Chaves, Marinez Gil Nogueira, Simone Eneida, Noval Benaion, que tiveram grande relevância para a minha formação profissional durante o mestrado em Serviço Social.

Às colegas de turma do mestrado, Milane Reis, Wellem Batalha, Déborah de Jesus, Ursula Lapa, Natalye Melo, Jane Nagaoka, parceiras nos diversos trabalhos de aula. Também agradeço à amiga Silvânia Queiroz, que muito contribuiu para este trabalho, além da sala de aula.

Reconheço à professora Doutora Heloisa Helena Correa da Silva, minha orientadora, a relevante contribuição na minha formação profissional, com o seu comprometimento e

responsabilidade com o processo de formação profissional em Serviço Social, por sua generosidade e amizade a mim empenhadas.

A oportunidade da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante o mestrado.

Ao CEUC/SDS por tornar a pesquisa de campo acessível, em especial a equipe de Tefé, Sr. Jorge Luís e Sra. Sheila, que muito colaboraram.

Aos moradores da comunidade Bela Conquista na RESEX Catuá-Ipixuna, que contribuíram para a realização deste estudo.

Assim, agradeço a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e para meu processo de formação profissional.

## RESUMO

Com a emergência do reconhecimento dos problemas socioambientais pelos modos de produção foi demandado ao Estado resposta a esta questão e o imperativo da criação de políticas que revertessem este quadro. Em momento recente, destaca-se a criação do Programa Bolsa Floresta no Estado do Amazonas, com sua proposta de pagamento por serviços ambientais, articulada aos investimentos da sociedade civil, que remeteu às comunidades habitantes da floresta amazônica a responsabilização na conservação dos recursos naturais. Este Programa objetiva incentivar a conservação da floresta, passando-se a determinar as formas de uso dos recursos, além da introdução de bens e serviços públicos que até então não eram acessíveis a estas comunidades. Este estudo centrou-se no Programa Bolsa Floresta a partir da sua inserção nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista na Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna no Amazonas. O objetivo central consistiu em identificar as implicações da inserção do Programa Bolsa Floresta, enquanto pagamento por serviços ambientais, nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista na RESEX Catuá-Ipixuna. Os objetivos específicos foram: problematizar a proposta deste Programa para as comunidades tradicionais; identificar as determinações nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista e analisar a organização política e social local a partir da inserção deste Programa. Os procedimentos metodológicos consideraram a dinamicidade das relações de produção e reprodução, a partir da contextualização sócio-histórica e da compreensão da dinâmica que envolve o Programa Bolsa Floresta. Tentou-se captar a totalidade das relações presentes, por meio de uma abordagem qualitativa, com base numa perspectiva de análise histórica-crítica. O levantamento das informações junto aos moradores da comunidade Bela Conquista foi por entrevista com os responsáveis de 06 famílias beneficiadas pelo Programa, além da observação das relações sociais da comunidade. Recorreu-se aos Relatórios de Gestão da FAS e ao Plano de Gestão 2010 do CEUC/SDS. As informações obtidas pela pesquisa proporcionaram a compreensão das relações entre os moradores por meio do vínculo familiar na organização comunitária para garantia das formas de reprodução social, frente às demandas direcionadas ao Estado, favorecendo a participação social nas decisões políticas dentro da RESEX. O pagamento por serviços ambientais transcende o valor econômico que se atribui ao ambiente, garante o acesso a bens e serviços públicos que esta população não disponibilizava. Configura-se sob a ótica da providência do Estado, respondendo tanto às determinações internacionais, aos grupos de interesse econômico, à premissa neoliberal, como às populações locais que demandam por políticas que garantam sua reprodução social. Observou-se que os bens e serviços que foram disponibilizados pelo Programa constituíram em avanço, porém não emanciparam os moradores da dependência do benefício, além disto, os bens e serviços adquiridos não funcionam adequadamente. Considera-se que outras possibilidades de investimentos sociais devem ser garantidas para concretizar melhores condições de reprodução social a estes moradores.

**Palavras-chaves:** Programa Bolsa Floresta, Sustentabilidade, Serviço Social.



## ABSTRACT

Due the emerging recognition of the issues generated by production's modes, was sued to state answers about this issue and the imperative of the creating of policies to change this situation. Nowadays, there's creation of the Program called Bolsa Floresta at Amazonas State, this program has a proposal to pay for environmental services, linked to investments in civil society, which referred to the inhabitants of the Amazon forest communities accountability in natural resource conservation. This Program look for to encourage forest conservation, going to determine the forms to use the resources, and the introduction of public riches and services that previously were not accessible to these communities. This study focuses on the Bolsa Floresta Program from its inclusion in the relations of production and reproduction of the community called Bela Conquista in the Extractive Reserve at Amazon. The main objective is to identify the implications of the inclusion of the Bolsa Floresta, as payment for environmental services in the relations of production and reproduction of the community in Bela Conquista RESEX Catuá-Ipixuna. The specific objectives were: to discuss the purpose of this program for the traditional communities, to identify the decisions in the relations of production and reproduction of the community Bela Conquista and analyze the political and social organization from the insertion site of this program. The methodological procedures considered the dynamics of the relations of production and reproduction, from the socio-historical context and understanding of the dynamics surrounding the Bolsa Floresta. Tried to find results through qualitative approach, on the basis of historical analysis perspective-critical. The survey of information from the residents was an interview with the heads of 06 families benefited from the program, beyond the observation of social community. Appealed to FAS's Report and the Management Plan of 2010 CEUC / SDS. Information obtained by the research provided to understanding of relationships among residents through family ties in the community organization to guarantee the social reproduction, in the face of demands directed to the State by promoting social participation in policy making within the RESEX. Payment for environmental services transcends the economic value that is attributed to the environment, ensuring access to public riches and services that this population does not provide. Build on State perspective, responding both to international regulations, economic interest groups, the neoliberal premise, as local populations that demand for policies that ensure social reproduction. It was observed that the riches and services that were provided by the Program constituted in advance, but not emancipated the people from dependence on benefits in addition; the riches and services purchased do not work properly. It is considered that other possibilities of social investments should be guaranteed to achieve better conditions of social reproduction to these residents.

**Keywords:** Bolsa Floresta Program, Sustainability, Social Work.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AACI</b>	Associação Agroextrativista Catuá-Ipixuna
<b>AFEAM</b>	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CADÚNICO</b>	Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
<b>CEUC</b>	Centro Estadual de Unidades de Conservação
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
<b>CNPT</b>	Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais
<b>CNS</b>	Conselho Nacional dos Seringueiros
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>FAS</b>	Fundação Amazonas Sustentável
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>GPD</b>	Grupo de Preservação e Desenvolvimento
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
<b>IBDF</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>ICMBIO</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Reforma Agrária
<b>IPAAM</b>	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>RESEX</b>	Reserva Extrativista
<b>SDS</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
<b>SEUC</b>	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	Desequilíbrios Produzidos pelo Desenvolvimento Econômico.....	25
<b>Quadro 02</b>	Perfil dos comunitários entrevistados.....	45
<b>Quadro 03</b>	Valor recebido no Programa Bolsa Família.....	66

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Localização da RESEX Catuá-Ipixuna.....	49
<b>Figura 02</b>	Localização das comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna.....	51
<b>Figura 03</b>	Frente da comunidade Bela Conquista.....	58
<b>Figura 04</b>	Sede social e Escola da comunidade Bela Conquista.....	59
<b>Figura 05</b>	Fachada da escola da comunidade de São Lázaro.....	59
<b>Figura 06</b>	Estrutura da escola da comunidade Bela Conquista em construção.....	70
<b>Figura 07</b>	Organização dos moradores para instalar os postes e rede de fiação elétrica na comunidade.....	79
<b>Figura 08</b>	Escola municipal da comunidade Bela Conquista – Semana do Meio Ambiente.....	80
<b>Figura 09</b>	Fiscalização ambiental realizada pelos moradores.....	90

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I: O RECONHECIMENTO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS: A CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E A PROPOSTA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA</b> .....	19
1.1 O reconhecimento dos problemas ambientais e a oficialização das estratégias de conservação da natureza.....	20
1.2 As políticas ambientais brasileiras e a conservação dos recursos naturais na Amazônia .....	26
1.3 O Pagamento por Serviços Ambientais e sua aplicabilidade nas comunidades das unidades de conservação do Estado do Amazonas.....	33
1.4 A proposta do Programa Bolsa Floresta e sua contribuição na criação do Programa Bolsa Verde.....	37
<b>CAPÍTULO II: A CONSTITUIÇÃO DA RESEX CATUÁ-IPIXUNA E A INSERÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA</b> .....	44
2.1 Aspectos históricos e sociais da RESEX Catuá-Ipixuna.....	45
2.1.1 Caracterização da RESEX Catuá-Ipixuna.....	50
2.2 A comunidade Bela Conquista.....	57
2.3 A inserção do Programa Bolsa Floresta na RESEX Catuá-Ipixuna: ações empreendidas.....	63
<b>CAPÍTULO III: A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NA AMAZÔNIA E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NA RESEX CATUÁ-IPIXUNA</b> .....	74
3.1 A relação “homem-natureza” e as populações tradicionais na Amazônia.....	74
3.2 As relações de produção e reprodução na RESEX Catuá-Ipixuna e a organização social para a conservação dos recursos.....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	97
<b>APÊNDICES</b> .....	101
<b>ANEXOS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

No contexto dos modos de produção e reprodução capitalista foram determinadas as condições degradantes de exploração dos recursos da natureza. A sociedade reconheceu a necessidade de repensar as formas de se relacionar com a natureza, no momento em que os problemas gerados pelos modos de produção emergiram.

A manifestação da sociedade em prol de sanar tais problemas, demandou ao Estado o reconhecimento dos problemas ambientais e o imperativo da criação de políticas que revertessem este quadro. No âmbito das relações tensionadas, as respostas conjugaram a premissa da sustentabilidade com o crescimento econômico (LEFF, 2009).

Em momento recente, as políticas ambientais ensejaram relações contraditórias que buscavam sanar os problemas ambientais, sem, contudo, eliminar a premissa neoliberal do desenvolvimento econômico, relegando a sociedade a participação ativa neste processo. Um exemplo é a criação do Programa Bolsa Floresta no Estado do Amazonas, em 2007.

Ao mesmo tempo em que este Programa proporcionou às ações governamentais dentro das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas maior visibilidade, observou-se sua relação, sobretudo, com a iniciativa financeira da sociedade civil, que remeteu aos povos e comunidades, habitantes da floresta amazônica a responsabilização na conservação<sup>1</sup> dos recursos naturais.

Esta responsabilidade que foi designada às comunidades tradicionais da região amazônica é proveniente do reconhecimento internacional sobre seus modos de produção e reprodução específicos, frente às formas de uso dos recursos naturais, que auxiliam no processo de conservação (DIEGUES, 2004).

Nestas configurações, a relação destas comunidades com o Programa Bolsa Floresta, está condicionada às formas de conservação do ambiente e ao imperativo do pagamento por serviços ambientais a estas comunidades. Tal situação ratifica os objetivos deste Programa, de incentivar a conservação da floresta, passando-se a determinar as formas de uso dos recursos,

---

<sup>1</sup> Este trabalho considera a dimensão o conceito de conservação apresentado por Diegues (2004), em que se diferencia da ideia de preservação dos recursos naturais, que se refere às primeiras iniciativas de criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos, no século XIX, com base no conceito de área natural para apreciação das belezas naturais. De outro modo, a ideia de conservação dos recursos naturais, que também remonta do século XIX nos Estados Unidos, tinha por base a conservação dos recursos por meio do uso racional, para a geração presente, prevenção de desperdício e o uso dos recursos da natureza em benefício de todos os cidadãos. Esta ideia é usualmente utilizada nas estratégias políticas recentes que permitem a presença do homem nas áreas destinadas à proteção ambiental.

além da introdução de bens e serviços públicos que até então não eram acessíveis a estas comunidades.

Neste contexto, o objeto desta pesquisa, centra-se em um estudo de caso do Programa Bolsa Floresta a partir da sua inserção nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista na Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna no Amazonas. Assim, teve por objetivo central identificar as implicações da inserção do Programa Bolsa Floresta, enquanto pagamento por serviços ambientais, nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista na RESEX Catuá-Ipixuna.

Os objetivos específicos foram: problematizar a proposta deste Programa para as comunidades tradicionais; identificar as determinações nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista e analisar a organização política e social local a partir da inserção deste Programa.

Para *locus* deste estudo foi determinado à comunidade Bela Conquista localizada na RESEX Catuá-Ipixuna, no Estado do Amazonas. Tal escolha se justifica mediante ao processo histórico que cria e fundamenta a organização social desta comunidade, estar associado à história da RESEX Catuá-Ipixuna. Esta comunidade se localiza no lago do Taruá, lago que dá acesso ao Lago do Catuá, no município de Tefé.

Os moradores desta comunidade ensejaram juntamente com outros moradores do Lago do Catuá o processo de criação da Unidade de Conservação. A RESEX Catuá-Ipixuna foi criada pelo Governo do Estado do Amazonas, em 2003, pelo Decreto N.º 23.722, está localizada entre os municípios de Coari e Tefé.

Os procedimentos metodológicos que fundamentaram a concretização desta pesquisa levaram em consideração a dinamicidade das relações de produção e reprodução do objeto, a partir da contextualização sócio-histórica e da compreensão da dinâmica que envolve o Programa Bolsa Floresta. Tentou-se captar a totalidade das relações presentes, por meio de uma investigação científica com abordagem qualitativa, com base na perspectiva de análise histórico-crítica.

Tem-se como referência a inserção do Programa Bolsa Floresta na Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna, especificamente, na Comunidade Bela Conquista, no Estado do Amazonas, realizando a análise por meio do levantamento de informações sobre a relação dos moradores da comunidade Bela Conquista com o Programa Bolsa Floresta.

Para levantamento de informações junto aos moradores, considerou-se que na comunidade Bela Conquista residem 16 (dezesseis) famílias, das quais foram selecionadas 06 (seis) famílias que iniciaram o processo de ocupação e constituíram a comunidade no ano de

1994, participaram do processo de criação da RESEX e foram beneficiadas na primeira fase do Programa Bolsa Floresta em 2007. Tal seleção ocorreu por meio de amostra não probabilística.

Este levantamento, concretizado no momento da pesquisa de campo, foi realizado por meio de entrevista com roteiro previamente elaborado, junto aos moradores. Além da observação das relações sociais presentes na comunidade. Para a realização deste momento, foi requerido autorização de pesquisa no âmbito da RESEX, junto ao CEUC/SDS, do consentimento livre e esclarecido dos moradores, para participarem da pesquisa, além de autorização no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

O espaço de investigação da pesquisa foi delimitado desta forma, não somente pela riqueza de informações provenientes destes moradores, os quais são influenciados diretamente pelo Programa Bolsa floresta em sua reprodução, mas também pela falta de autorização formal da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), para adentrar no contexto institucional do Programa Bolsa Floresta.

Entende-se que primar por ouvir a voz dos moradores, suas impressões sobre o Programa, adquire notoriedade ao desvincular-se do discurso institucional, possui relevância ao possibilitar a compreensão das relações sociais impostas no contexto da comunidade Bela Conquista pelo Serviço Social enquanto profissão.

Neste sentido, recorreu-se aos documentos sobre este Programa que estão disponíveis à sociedade, os Relatórios de Gestão da FAS, especificamente, dos anos de 2008, 2009 e 2010. Compreende-se que a análise destes relatórios subsidia conhecer os dados relativos aos investimentos realizados pelo Programa, tanto no total de Unidades de Conservação atendidas, como especificamente para a RESEX Catuá-Ipixuna e que estas informações são evidenciadas na sociedade, passíveis de contradições no âmbito da relação Estado e sociedade.

Outra fonte de informações relevante sobre o contexto sócio-histórico que constitui a RESEX Catuá-Ipixuna é o Plano de Gestão 2010 elaborado pelo CEUC/SDS, documento disponível para a sociedade, que trata da contextualização social, histórica, econômica, cultural e política, bem como das propostas de ação para esta Unidade de Conservação.

As informações obtidas no momento da pesquisa e posteriormente organizadas foram concretizadas por meio da estruturação deste trabalho, a qual está composta por três capítulos, nos quais são apresentados os resultados da pesquisa, conforme se detalha a seguir:

O Capítulo I deste trabalho tem o objetivo de realizar um resgate sócio-histórico do processo de reconhecimento dos problemas ambientais e a oficialização das estratégias de



conservação da natureza no âmbito da sociedade capitalista. Também pretende apresentar o reconhecimento da questão ambiental no Brasil, frente à criação das políticas ambientais brasileiras e a conservação dos recursos naturais na Amazônia.

Neste Capítulo se conceituará a proposta de Pagamento por Serviços Ambientais e sua aplicabilidade nas comunidades das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, em meio às políticas recentes de conservação e da contribuição para a proteção social dos moradores destas áreas. Detalhar-se-á a proposta do Programa Bolsa Floresta e sua contribuição para a criação do Programa Bolsa Verde, no sentido de fundamentar a análise que se pretende desenvolver nos próximos capítulos.

No Capítulo II apresentará em conhecer o processo histórico que antecede a criação deste Programa, com vistas a compreender a relação com os bens e serviços que passaram a ser disponíveis. Então, expõe-se o contexto sócio-histórico de constituição desta Unidade de Conservação, destacando a relevância da comunidade Bela Conquista e as ações empreendidas pelo Programa Bolsa Floresta nesta reserva.

O Capítulo III deste estudo, tratará da relação homem-natureza e o reconhecimento das populações tradicionais da Amazônia no processo de conservação ambiental, com base na crítica marxista sobre a relação homem-natureza e o processo de trabalho, para fundamentar as relações existentes entre os moradores da RESEX Catuá-Ipixuna.

Descreve-se as relações de produção e reprodução na RESEX Catuá-Ipixuna e a organização social para a conservação dos recursos. Também se apresenta as formas de organização presentes na RESEX Catuá-Ipixuna, especificamente, na Comunidade Bela Conquista, relacionadas com a Associação Agroextrativista e com o Programa Bolsa Floresta, no intuito de compreender que a participação social preconizada pelo Programa é subsidiária a um processo pré-existente.

Entende-se que a relevância social deste estudo consiste na contribuição para a elaboração de estratégias específicas que sugiram mudanças sociais no cotidiano das populações atendidas pelo Programa Bolsa Floresta, especificamente dos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna. Também, ampliará os conhecimentos sobre o debate que envolve a conservação ambiental, a participação social e as relações de produção e reprodução desta população no âmbito do Programa.

A importância científica deste estudo consiste na elevação dos conhecimentos no campo do Serviço Social sobre a questão social e ambiental, especificamente do Programa Bolsa Floresta, em virtude do número reduzido de trabalhos direcionados a este tema. Assim, possibilita o debate e a reflexão sobre os processos de desenvolvimento das políticas públicas

ambientais e sociais em vigor no Estado do Amazonas e fornece mecanismos de compreensão e enfrentamento da questão social e ambiental na Amazônia.

Por meio deste estudo busca-se contribuir com novos conhecimentos para o Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, juntamente para a formação profissional do Assistente Social. Entende-se que o tema em questão amplie o leque de atuação profissional.

## CAPÍTULO I

### **O RECONHECIMENTO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS: A CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E A PROPOSTA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA**

No âmbito da sociedade capitalista, seus modos de produção e reprodução social determinaram as condições degradantes de exploração dos recursos naturais. Neste sentido, as formas de apropriação dos recursos da natureza implicaram em um processo social de transformação da matéria e da energia disponíveis no planeta, as quais estão condicionadas ao desenvolvimento das sociedades, seja no âmbito local, como global.

A degradação e o limite de exploração dos recursos naturais remeteram à sociedade a necessidade de repensar as formas de se relacionar com a natureza, manifestando como demanda ao Estado o reconhecimento dos problemas ambientais e o imperativo da criação de políticas que revertessem este quadro, com ênfase no princípio emergente da sustentabilidade.

Nestas configurações, o presente trabalho objetiva neste Capítulo realizar no primeiro tópico, um resgate sócio-histórico do processo de reconhecimento dos problemas ambientais e a oficialização das estratégias de conservação da natureza no âmbito da sociedade capitalista. No segundo tópico pretende-se apresentar o reconhecimento da questão ambiental no Brasil, frente à criação das políticas ambientais brasileiras e a conservação dos recursos naturais na Amazônia.

O terceiro tópico tem a finalidade de conceituar a proposta de Pagamento por Serviços Ambientais e sua aplicabilidade nas comunidades das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, em meio às políticas recentes de conservação e da contribuição para a proteção social dos moradores destas áreas. No quarto tópico apresenta-se a proposta do Programa Bolsa Floresta e sua contribuição para a criação do Programa Bolsa Verde, no sentido de fundamentar a análise que se pretende desenvolver nos próximos capítulos.

### **1.1 O reconhecimento dos problemas ambientais e a oficialização das estratégias de conservação da natureza.**

O predomínio das formas de produção e reprodução social, desencadeadas a partir do crescimento econômico, com o advento da Revolução Industrial, foram determinantes para a expansão capitalista e para a transformação dos recursos naturais, culminando num processo de escassez, esgotamento e degradação dos ecossistemas criadores destes recursos (LEFF, 2009).

A expansão do processo industrial e da ideologia do capital nas diversas regiões do mundo alavancou as desigualdades sociais, por meio da propriedade privada e influenciou no desenvolvimento social e cultural dos diversos povos, principalmente nas regiões em desenvolvimento, dependentes das determinações políticas, econômicas e tecnológicas das grandes nações desenvolvidas, detentoras de grande acúmulo de riqueza. Diante deste quadro, Leff (2009) afirma que:

No processo de modernização, a conquista, colonização e integração ao mercado mundial das culturas pré-capitalistas interromperam o projeto civilizador das diversas culturas dos trópicos, fundado num processo de coevolução etno-ecológica dentro das mais variadas condições no seu entorno geográfico e ecológico. A natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte potencial da riqueza material e espiritual dos povos, se foi convertendo em fonte de matérias-primas desvalorizadas, que alimentaram uma acumulação do capital em escala mundial, fundada na troca desigual de bens primários contra mercadorias tecnológicas. (LEFF, 2009, p. 98).

Deste modo, emergiu no contexto da globalização, como um ponto de limite para reorientação do processo civilizatório da humanidade, no decorrer do crescente debate sobre o agravamento dos problemas ambientais, o “princípio da sustentabilidade”.

Este princípio emanou do que foi considerado como crise ambiental, quando se passou a questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos, que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, sem considerar a natureza (LEFF, 2001). A crise ambiental foi evidenciada a partir da década de 1960, por meio do debate teórico e político sobre a valorização dos potenciais da natureza.

Nesse sentido, Bursztyn (2001) entende que pelo menos desde o Pós-Segunda Guerra Mundial, existem notáveis reflexões sobre os limites éticos que confrontam o desempenho científico, apontando para a fragilidade e as limitações da postura estritamente disciplinar. Nos anos de 1960, difundem-se alertas, provenientes das Universidades quanto à insensatez

do modo como o avanço das ciências procedia na transformação de tecnologias e processos produtivos.

As Organizações não Governamentais ambientalistas tiveram papel fundamental ao pressionarem o Estado e a iniciativa privada para o reconhecimento do agravamento dos problemas ambientais, dando notoriedade ao discurso do desenvolvimento sustentável (BERNARDES e FERREIRA, 2009).

A expansão e oficialização da consciência ambiental somente ocorrem no início dos anos de 1970, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972. Nesta Conferência, foram definidos os limites da racionalidade econômica e os desafios que a degradação ambiental proporcionou à sociedade, além da apresentação das estratégias de ecodesenvolvimento, que surgiram no meio de uma luta política pela definição de uma nova ordem mundial (LEFF, 2001).

As Nações Unidas criaram em 1984 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los. Após três anos de estudos, deliberações e audiências públicas, esta Comissão divulgou suas conclusões em um documento denominado Nosso Futuro Comum, também conhecido como informe ou relatório Bruntland (LEFF, 2009).

De acordo com este relatório, a Comissão responsável acreditava que “os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro” (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 01). Assim, considerava que o relatório tratava da possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, com o apoio em práticas que conservassem e expandissem a base de recursos ambientais, que possibilitassem deste modo, mitigar a pobreza, intensificada no mundo em desenvolvimento.

Este documento reconheceu as desigualdades entre as diversas nações e a forma como se acentuaram com a crise da dívida dos países no Terceiro Mundo. Mediante esta situação, buscou uma política de consenso que dissolvesse as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais no contexto do desenvolvimento.

O relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), compreende que outro tipo de desenvolvimento deve ser pensado, que seja capaz de manter o progresso humano em todo o planeta, sendo o desenvolvimento sustentável um objetivo a ser alcançado por todas as nações. Reconhece os limites postos ao desenvolvimento sustentável pelas atuais tecnologias e organização social e adverte que escolhas difíceis deverão ser adotadas por todas as nações.

A partir deste documento, foi possível iniciar uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e como condição para a sobrevivência humana, por meio do esforço compartilhado (LEFF, 2009). Também proporcionou uma definição de desenvolvimento sustentável, como um processo que permite satisfazer as necessidades da população presente sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras.

O relatório Brundtland renovou a discussão sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. A partir deste relatório foram convocados todos os chefes de Estado do mundo para participarem da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi elaborado e aprovado um programa global de desenvolvimento baseado nos princípios da sustentabilidade, prefigurando uma política para a mudança global que buscasse dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento.

Todavia, em meio às propostas lançadas, surgiram os desacordos e contradições nos interesses pela apropriação da natureza, que dificultaram a formatação dos instrumentos jurídicos internacionais, responsáveis em conduzir até a sustentabilidade (LEFF, 2009). Apesar do reconhecimento pela Comissão da questão ambiental, das disparidades econômicas, do agravamento da pobreza nos países em desenvolvimento, não se pôde observar propostas que mudassem a realidade presente na sociedade.

Esta situação justificou-se também, pelo fato de que alguns países desenvolvidos foram contrários à assinatura de uma declaração, com força jurídica obrigatória, sobre a conservação e desenvolvimento sustentável das florestas dentro da Convenção sobre a diversidade Biológica e mais tarde ao Protocolo de Quioto (LEFF, 2009).

Na reunião de Quioto, em 1997, duas novas ideias ganharam destaque: a primeira, proposta pelos Estados Unidos, de transformar a emissão de gases em negócio, a compra pelo direito de poluir; a segunda, apresentada pelo Brasil, buscava criar um fundo para pesquisas, tendo como parâmetro os índices de poluição dos países desenvolvidos e que estes fossem responsabilizados pelas mudanças climáticas e pagassem os danos.

No Protocolo assinado nesta reunião, foi determinado tratar de forma diferenciada para cada parte na definição das metas de redução da emissão de gases. Neste caso, a dificuldade está na adesão dos principais poluidores como o Japão e os Estados Unidos, que teriam de modificar todo o seu processo econômico (RIBEIRO, 2005).

O discurso do desenvolvimento sustentável entra em uso propagado, principalmente, mediante a necessidade que os países periféricos tinham de recuperar suas economias, apoiando-se em programas neoliberais, ao passo em que se agravavam os problemas ambientais. Este discurso registrou as políticas ambientais nos ajustes da economia neoliberal, para responder aos processos de degradação ambiental, penetrando, também, nas estratégias de participação social.

Assim, surge a ideia de sustentabilidade como uma opção para reconstrução da atual ordem econômica, a fim de alcançar um desenvolvimento duradouro, em contraposição às próprias bases produtivas, reconhecendo a função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.

Desta forma, o discurso da sustentabilidade objetiva um crescimento sustentado, em que sustentabilidade ecológica se funda como uma condição da sustentabilidade do processo econômico. Este discurso foi se prefigurando em uma política para a mudança global que procura rescindir as contradições entre ambiente e desenvolvimento.

Porém, a ideia de sustentabilidade foi popularizada tanto no discurso oficial como na linguagem comum, permeada de contradições, com significados distintos e interesses opostos na apropriação da natureza, expressando a dificuldade em alcançar acordos internacionais sobre os instrumentos jurídicos para orientar a sustentabilidade.

Para Leff (2001), a questão ambiental emergiu no final do século XX como sinal da crise da racionalização econômica do processo de modernização da sociedade, em que o discurso neoliberal ignora a contradição ambiente e crescimento. Neste contexto, busca-se a incorporação da natureza ao capital em uma dupla operação: a internalização dos custos ambientais da modernização e a instrumentalização de uma operação simbólica.

O discurso neoliberal predominante tem gerado uma paralisia do pensamento crítico, dissolvendo a contradição existente na expressão do capital, uma vez que, o discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico (LEFF, 2001).

As determinações do sistema capitalista são visíveis nos modos como se compreende a natureza e nas estratégias atuais de conservação, que estão relacionadas aos interesses das grandes nações capitalistas em dar continuidade ao seu processo exploratório e de acúmulo de capitais.

Estas estratégias têm gerado contradições no âmbito das deliberações dos acordos internacionais, pois, não possuem um indicativo das ações mais adequadas a cada contexto local e, principalmente, da participação das populações no processo decisório. Grande parte

das ações é destinada aos países em desenvolvimento, que possuem organização econômica e política, de certo modo, vulneráveis e de fácil aceitação a estas determinações.

No âmbito desta relação de determinar quem elabora as alternativas de conservação ambiental e quem as executa, deve-se ter claro que os países considerados em desenvolvimento, em especial da América Latina e Caribe, integraram as regiões colonizadas pelos países europeus e cumpriram a função estratégica de expansão do capital por meio da apropriação dos seus recursos naturais e da exploração do trabalho das populações indígenas.

Contexto que posteriormente a fase de exploração colonial gerou um processo de dependência econômica, que resultou da divisão internacional do trabalho, da troca desigual de mercadorias e da degradação ambiental, em virtude da globalização do capital (LEFF, 2009). No âmbito das relações desiguais entre países ricos e pobres, esta,

[...] não surge só de uma divisão desigual da riqueza que seria explicada – e justificada – pelo atraso tecnológico e a inadequada relação de fatores produtivos dos países do Sul frente às características dos padrões tecnológicos gerados pelos países do Norte. As diferenças de nível de desenvolvimento entre as nações resultam da transferência de riqueza, gerada mediante a sobre-exploração dos recursos naturais e da força de trabalho – principalmente das populações camponesas e dos povos indígenas – dos países dominados, para os países dominantes. (LEFF, 2009, p. 28).

Sobre o desenvolvimento da América Latina, resgata-se o pensamento de Wanderley (1997), que afirma que para compreender a questão social é necessário considerar os processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades do continente, pautados pela colonização, lutas pela independência, planos de desenvolvimento, tipos de Estado, políticas sociais, etc. Então, o desenvolvimento tem por base as extremas desigualdades e injustiças predominantes nos países latino-americanos.

Nestas configurações, é necessário considerar que o potencial ambiental do desenvolvimento e as condições ecológicas de sustentabilidade reasentam os problemas da dependência econômica e tecnológica dos países em desenvolvimento. A condição de dependência e exploração destruiu o patrimônio cultural e ambiental dos povos da América Latina e degradou os ecossistemas naturais (LEFF, 2009).

No quadro abaixo se pode ilustrar alguns desequilíbrios produzidos pelo modelo de desenvolvimento dominante sobre as nações em desenvolvimento, a partir da reflexão de Leff (2009, p. 36):



<b>DESEQUILÍBRIOS PRODUZIDOS PELO DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>DESEQUILÍBRIOS</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os desequilíbrios regionais do desenvolvimento:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aproveitamento irracional dos recursos hidrológicos, energéticos, biológicos e humanos pelo processo de concentração urbana e industrial;</li> <li>Centralização política e econômica;</li> <li>Polarização social, a desigual distribuição dos custos ambientais e do crescimento econômico;</li> <li>Avanço da pobreza absoluta.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A dificuldade em gerar emprego produtivo pelo processo de industrialização e modernização:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divisão cada vez mais desigual da renda;</li> <li>Redução dos salários reais;</li> <li>Transferência do valor do campo para as cidades e para os consórcios internacionais;</li> <li>Deterioração da qualidade de vida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Transculturação tecnológica:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Degradação do potencial produtivo;</li> <li>Desuso das práticas tradicionais das comunidades rurais;</li> <li>Destruição das forças culturais de produção da sociedade.</li> </ul>

Quadro 01: Desequilíbrios produzidos pelo desenvolvimento.

Fonte: Esquematização (2011) baseada em Leff (2009, p.36).

Pode-se constatar que no mesmo momento em que se passou a reconhecer o agravamento da questão ambiental e suas consequências em nível global, procuraram-se alternativas para responder aos danos gerados pelo modelo de desenvolvimento dominante, também se acirrou a ampliação da pobreza nas últimas décadas nos países em desenvolvimento, bem como, na América Latina e Caribe.

Esta situação resultou mediante as causas internas e externas interligadas desenvolvidas pela “globalização”, possuindo novas modalidades, devido às transformações

[...] nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais, e pelo chamado “princípio da exclusão”, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero. (WANDERLEY, 1997, p.35)

Nestas configurações, as consequências do modelo de desenvolvimento dominante sobre o processo social e histórico da América Latina e Caribe apresentados, contribuem para a compreensão das relações impostas quando do reconhecimento de uma crise ambiental ou mesmo, do agravamento dos problemas ambientais, que tomaram um percurso determinado pelos interesses do capital em detrimento das especificidades regionais e locais, sem apontar soluções condizentes a cada realidade a partir de um processo de participação democrática.

## **1.2. As políticas ambientais brasileiras e a conservação dos recursos naturais na Amazônia.**

Na esfera da preocupação com a conservação ambiental, as diversas reuniões e os acordos internacionais, influenciaram as iniciativas governamentais em regular a exploração do ambiente no Brasil. No caso brasileiro, esta preocupação resultou na elaboração de políticas públicas de caráter ambiental, especialmente na década de 1970, auge do reconhecimento dos problemas ambientais no mundo.

Apesar da definição das políticas ambientais neste período, reconhece-se a importância da legislação durante o período colonial, no século XVIII, que era basicamente de proteção florestal, sem grandes resultados. Com a criação do Código Florestal na década de 1930, prefigurou-se a implantação das políticas ambientais, marcando o início da construção de uma base de regulação do uso dos recursos naturais até a década de 1970 (CUNHA e COELHO, 2009).

O intervencionismo do Estado brasileiro no decorrer da década de 1970 marcou um segundo momento no processo de formulação de políticas ambientais, além de ter aumentado o número de unidades de conservação em todo o país. Porém, estas políticas estavam em contradição com a modernização e integração nacional, implantadas pelo regime militar, causando forte impacto, principalmente, na região amazônica (CUNHA e COELHO, 2009).

Este momento também foi caracterizado pela criação de um aparato institucional destinado a cuidar dos problemas ambientais, influenciado no modelo das agências da Europa e dos Estados Unidos. Além de estudos de impacto ambiental nos grandes projetos desenvolvimentistas, devido a pressões dos movimentos ambientalistas e organismos internacionais, frente à crescente degradação dos recursos.

No final da década de 1980, em meio ao processo de democratização vivido no país, as políticas ambientais tiveram mudanças, na compreensão da problemática ambiental, principalmente após a divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável no corpo da legislação brasileira (CUNHA e COELHO, 2009).

A Constituição Federal de 1988 se configurou como a primeira legislação que tratou especificamente da questão ambiental, com sua proposta descentralizadora estimulou-se o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais, além da ideia de divisão de responsabilidades e de complementaridade entre as competências federais, estaduais e

municipais no reordenamento das demandas setoriais e regionais (CUNHA e COELHO, 2009).

Então, o texto constitucional dispõe sobre o ambiente em seu artigo 225, em que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Foram instituídas novas bases de aplicação de multas, a obrigação de recuperação dos ambientes degradados, dentre outras regulamentações. Destaca-se em 1989 a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), que substituiu o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a responsabilidade de administrar as unidades de conservação (CUNHA e COELHO, 2009).

A criação do IBAMA demonstrava a mudança de postura do governo frente às questões ambientais do país, em especial a Amazônia, foco das atenções internacionais. Este instituto objetivava sanar os problemas e conflitos existentes na gestão dos órgãos da época e viabilizar a implementação de ações de gestão ambiental nos estados da Federação, por meio das superintendências estaduais e dos escritórios implantados em vários municípios (BURSZTYN, BURSZTYN e ASSUNÇÃO, 2004).

Dentre outras iniciativas governamentais é relevante a criação do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA); a reformulação do Código Florestal<sup>2</sup>, em 1996; a Lei nº 9.433 de janeiro de 1997, que regulamenta a gestão dos recursos hídricos e a Lei nº 9.605 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, avançando o controle e fiscalização das atividades produtivas.

Conforme Cunha e Coelho (2009, p. 54), as políticas ambientais destinadas a adoção de medidas de cunho normativo foram as que mais se desenvolveram no país, com as iniciativas governamentais articuladas nos campos de gestão dos recursos hídricos, manejo florestal, controle de poluição, prevenção e combate a incêndios florestais, capacitação para o planejamento e uso da terra e promoção de ações de educação ambiental.

---

<sup>2</sup>Ressalta-se que a Medida Provisória nº 1.511 de 1996 promoveu basicamente apenas três alterações quanto à exploração de fitofisionomias florestais na Região Norte e parte norte da Região Centro-Oeste: a proibição da prática do corte-raso em 80% da área com cobertura florestal (sem alterar a área de Reserva Legal); a limitação a novas conversões para uso alternativo da terra, em propriedades com áreas subaproveitadas; e a imposição da necessidade dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo para legitimar a exploração florestal (Sergio Ahrens, 2003). Atualmente, encontra-se em pauta no Congresso Nacional uma nova reformulação do Código Florestal Brasileiro, o debate está relacionado às figuras da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente.

Neste contexto, Bursztyn, Bursztyn e Assunção (2004) evidenciam que com o processo de descentralização das decisões políticas, as ações ambientais foram direcionadas aos governos estaduais, com a criação de estruturas institucionais e a formulação de aparato legal, complementar à Política Nacional de Meio Ambiente<sup>3</sup> (criada em agosto de 1981), na adoção das ações de gestão ambiental na sua jurisdição estadual e conseqüentemente municipal.

Na região amazônica, todos os Estados buscaram estruturar seus órgãos ambientais. Também foram instituídos os Sistemas e os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, que funcionam de forma precária, onde grande parte dos conselhos exerce a função de assessoria de governo e não de órgão colegiado independente (BURSZTYN, BURSZTYN e ASSUNÇÃO, 2004).

Para Bursztyn, Bursztyn e Assunção (2004) no caso da formulação de políticas estaduais de meio ambiente houve avanços no tratamento da questão ambiental. Porém, estes avanços não foram relevantes em relação à formulação de políticas setoriais regulamentadoras do uso de recursos naturais (políticas de recursos hídricos, florestal e pesqueiro) abundantes na região amazônica.

Apesar das regulamentações no campo das políticas ambientais, apresentou-se no quadro da crise financeira das décadas de 1980 e 1990 no país, a privatização dos setores energéticos e minerais, acarretando na transferência de responsabilidades no processo de gestão ambiental para alguns segmentos do setor empresarial. As políticas ambientais permaneceram em confronto com as políticas desenvolvimentistas, mesmo no corpo dos programas governamentais Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003).

Nestas configurações, os projetos governamentais<sup>4</sup> apresentaram conseqüências negativas sobre o ambiente, como: a “destruição de espécies e variedades genéticas, desperdício de recursos madeireiros e outros produtos florestais, compactação e erosão do solo, modificações do microclima e do ciclo hidrológico local e produção de gases do ‘efeito estufa’” (BURSZTYN, BURSZTYN e ASSUNÇÃO, 2004, p.264).

---

<sup>3</sup> A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. De acordo com seu Artigo 2º, esta Política tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, Política Nacional do Meio Ambiente, 1981).

<sup>4</sup> Sobre os grandes projetos Castro (2001, p. 8) enfatiza a construção dos eixos rodoviários (Transamazônica e Perimetral Norte), os programas de colonização, os projetos industriais e hidrelétricos (Projeto ferro Carajás, ALBRAS, ALUMAR, Usinas de Tucuruí e Balbina), dentre outros.

No Estado ainda persiste a formulação e execução de ações políticas antagônicas, que contribuem no aceleração dos processos de exploração florestal e de devastação dos demais recursos naturais (CUNHA e COELHO, 2009). Esta situação decorre mediante o Estado brasileiro, enquanto mediador no processo de regulação e proteção do meio ambiente, ter construído um modelo de gestão que integrasse interesses diversos, que buscava alcançar o desenvolvimento econômico e conservar a natureza.

O Estado brasileiro percorreu um caminho contraditório apresentado pela interação de mercado do ponto de vista de implantação de políticas macro (CUNHA e COELHO, 2009). Considera-se que as ações políticas na região amazônica foram baseadas nos interesses do Estado em congregar a lógica concorrencial das relações econômicas, por meio do discurso da integração regional ao restante do território nacional.

Em consequência, estes projetos ignoraram as peculiaridades regionais, a população e a diversidade de recursos naturais, o que desencadeou grande deterioração no território amazônico em virtude da exploração dos recursos existentes e aumentou as desigualdades sociais e o agravamento da pobreza.

A Política Nacional de Meio Ambiente, criada em 1981, teve como importante instrumento, a criação de espaços territoriais protegidos. Neste caso, as unidades de conservação foram estabelecidas pelos governos federal, estaduais e municipais para conservação ou utilização de forma adequada e sustentável dos ecossistemas.

Entretanto, os Estados da região amazônica foram privilegiados nos principais programas governamentais brasileiros, que associaram a busca do desenvolvimento aos imperativos da sustentabilidade, a partir do financiamento do Banco Mundial, grande protagonista no processo de institucionalização das políticas ambientais no país (BURSZTYN, BURSZTYN E ASSUNÇÃO, 2004).

Mesmo com os avanços no trato dos problemas ambientais no Brasil, é pertinente superar a forma fragmentada e setORIZADA que as políticas ambientais têm sido elaboradas e executadas.

[...] Essa tarefa requer um esforço teórico-aplicado de integrar as políticas públicas voltadas para exploração dos recursos naturais, regularização fundiária e proteção ambiental, inserido no contexto mais amplo de redefinição dos papéis do Estado (em suas esferas federal, estadual e municipal), das empresas e da sociedade na definição de políticas ambientais e de modelos participativos de gestão territorial e do ambiente. (CUNHA e COELHO, 2009, p.76).

Neste sentido, Castro (2001) afirma que novos paradigmas foram evidenciados na continuidade de formulação das políticas: a priorização da dinâmica econômica, presente na lógica neoliberal, em detrimento de um desenvolvimento social e ambientalmente correto.

No início do século XXI, teve-se na elaboração das políticas públicas a continuidade dos mesmos elementos resguardados pelos acordos internacionais e pela legislação vigente no País, sobre a perspectiva do desenvolvimento econômico e o desafio de efetivar a sustentabilidade no processo de gestão pública.

As inovações no processo de conservação foram ratificadas pela implantação de iniciativas que concretizaram um valor econômico à natureza, por meio de programas destinados a reverter os agravos das mudanças globais do clima, dando crédito às deliberações internacionais, como o Protocolo de Quioto.

Neste sentido é relevante o papel atribuído à Política Nacional sobre Mudanças do Clima (criada pela lei nº 12.187/2009), que norteia a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, dos planos estaduais, além de outros planos, programas, projetos e ações pertinentes, direta ou indiretamente, à mudança do clima. Assim, considera os princípios da precaução<sup>5</sup>, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional (Art. 3º desta Lei).

O Estado do Amazonas, enquanto um ente federativo deve obedecer às legislações federais que dispõem sobre o meio ambiente. Desde a década de 1970, este Estado passou como os demais Estados da região, por processo de adaptação e gestão com a criação da primeira Lei de Política Ambiental do Estado, em 1982 (Lei nº 1.532).

Em 1996, teve-se grande avanço no trato da questão ambiental no Estado do Amazonas com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), pela Lei Estadual nº 2.367, de 1996, pois este órgão passou a coordenar e executar exclusivamente a Política Estadual do Meio Ambiente, sendo vinculado à atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) a partir de 2003.

A SDS adquiriu, neste momento, a condição de Secretaria mais importante da administração do Estado do Amazonas, quanto à formulação de políticas públicas e dos

---

<sup>5</sup> O princípio de precaução foi aderido pelo direito internacional e interno recentemente, ultrapassa as questões ambientais para alcançar um conjunto de riscos maiores, podendo exigir ações que inibam as emissões de substâncias potencialmente perigosas, sem que haja o estabelecimento de uma relação de causalidade com bases científicas. Portanto, vai além dos métodos clássicos de prevenção elaborados por meio do conhecimento dos riscos (GODARD, 1997).

discursos (ambientalistas) que passaram a compor a imagem do governo estadual, tanto no âmbito nacional como internacional.

Destaca-se a estruturação no corpo da SDS e a criação no ano de 2003, do Programa Zona Franca Verde, principal proposta de política de governo. Seu objetivo consistia em atualizar a proposta do Programa Zona Franca de Manaus, instituído em 1966, no auge das ideias desenvolvimentistas e integracionistas do governo brasileiro, associado à perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, dentre as recentes deliberações do Estado do Amazonas, encontra-se a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, instituída pela Lei nº 3135, em 2007, que está direcionada para a redução de emissões decorrentes do desmatamento, em contribuição na amenização das mudanças climáticas.

Deste modo, esta política também prevê o uso de diversos mecanismos, inclusive mecanismos de mercado, para alcançar seu objetivo de redução de desmatamento, adotando o uso de uma lógica capitalista para se afastar o risco de uma crise ambiental. De acordo com o discurso oficial, a política sobre Mudanças Climáticas foi considerada como “inovadora” e, buscou-se instituir a sistematização da gestão da política ambiental estadual.

Fica evidente que esta política está em conformidade com os eixos do crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental, presentes na concepção de Desenvolvimento Sustentável elaborada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987 e com os recentes acordos internacionais.

Destaca-se que com a criação desta lei o Estado do Amazonas se tornou pioneiro no país a instituir uma legislação específica sobre mudanças climáticas. Assim, dispôs sobre a criação de um arcabouço jurídico para a implementação de ações e investimentos voltados para a mitigação das mudanças climáticas.

De acordo com o Art. 5.º desta lei, para sua implementação ficam criados os seguintes Programas:

- I - Programa Estadual de Educação sobre Mudanças Climáticas, com a finalidade de promover a difusão do conhecimento sobre o aquecimento global junto à rede estadual escolar, às instituições de ensino existentes no Estado e à rede mundial de computadores;
- II - Programa Bolsa Floresta, com o objetivo de instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivo às políticas voluntárias de redução de desmatamento;
- III - Programa Estadual de Monitoramento Ambiental, com a finalidade de monitorar e inventariar, periódica e sistematicamente, os estoques de carbono da

cobertura florestal e da biodiversidade das florestas públicas e das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, para fins de natureza científica, gestão sustentável das florestas, sustentabilidade das suas comunidades e futuros mercados de redução de emissões líquidas de gases de efeito estufa e de redução de emissões de desmatamento;

IV - Programa Estadual de Proteção Ambiental, visando ao fortalecimento dos órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental e à formação de agentes ambientais voluntários;

V - Programa Estadual de Intercâmbio de Tecnologias Limpas e Ambientalmente Responsáveis;

VI - Programa Estadual de Capacitação de Organismos Públicos e Instituições Privadas, objetivando a difusão da educação ambiental e o conhecimento técnico na área de mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável;

VII - Programa Estadual de Incentivo à Utilização de Energias Alternativas Limpas e Redutoras da Emissão de Gases de Efeito Estufa, pela adoção de novas tecnologias ou mudança da matriz energética, em especial incrementando o uso de biodiesel. (AMAZONAS, Lei nº 3.135 de 2007).

Dentre os programas criados pela Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, enfatiza-se a criação do Programa Bolsa Floresta, em 2007, compreendido como uma compensação financeira destinada às comunidades tradicionais residentes nas unidades estaduais de conservação, em que parte de seus recursos é subsidiada pela sociedade civil, objetivando o desmatamento zero.

No âmbito da legislação estadual, observa-se o reconhecimento em conservar a floresta, do papel fundamental que possuem as comunidades residentes no território considerado como “Amazônia profunda”, no sentido de contribuir para o não desmatamento e assim, reduzir a emissão de gases na atmosfera.

Apesar da perspectiva presente nesta política, sua abordagem se difere da proposta do Fundo Amazônia<sup>6</sup>, que é defendido pelo governo federal. Este Fundo propõe a recepção de contribuições voluntárias a serem gerenciadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para destinar à redução do desmatamento (LEITE e NETO, 2010).

Entretanto, deve-se reconhecer que a Política sobre Mudanças Climáticas do Amazonas ainda não pode representar um recurso completo para a solução dos problemas

---

<sup>6</sup> De acordo com o site oficial do Fundo Amazônia, este foi criado em 1º de Agosto de 2008, para arrecadar recursos para incentivar a preservação da floresta. Tem como objetivo promover projetos para a prevenção e o combate ao desmatamento e para a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico. A gestão deste Fundo é de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ocorrerá por meio de financiamentos não reembolsáveis. Para ter acesso aos recursos, as exigências estabelecidas são semelhantes às do mercado de carbono e outras cláusulas ambientais. Disponível em < [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt)>.



ambientais, como no caso do desmatamento. Apesar de impulsionar o reconhecimento da necessidade em conservar a natureza e a participação da população neste processo.

As relações sociais que se impõem no quadro das políticas ambientais brasileiras e do Estado do Amazonas estão pautadas em um processo de subordinação das determinações econômicas globais, que ratificam as desigualdades sociais. Na medida em que o processo de participação social na tomada de decisão sobre as políticas fica restrito às etapas de implementação dos projetos, sendo centralizadas a formulação das políticas e as estratégias de gestão ambiental pelas instituições públicas e pelas subordinadas ao Estado.

Esta dinâmica é a base de reflexão deste trabalho, haja vista, a recente diferenciação no trato dos problemas ambientais e das mudanças determinadas às condições de vida das comunidades tradicionais, residentes nas unidades de conservação do Estado e que são atendidas pelo Programa Bolsa Floresta.

### **1.3 O Pagamento por Serviços Ambientais e sua aplicabilidade nas comunidades das unidades de conservação do Estado do Amazonas.**

Nas recentes propostas políticas de conservação ambiental, impõem-se a premissa do mercado, enquanto resposta à grande parte dos danos gerados ao ambiente em detrimento dos modos de produção vigentes. Deste modo, em meio aos agravos e as respostas demandadas pela sociedade, presencia-se ao alastramento das propostas de pagar pelos danos gerados ao ambiente no âmbito global.

Ao aderir à proposta de pagar por estes danos, os Estados nacionais vislumbram solucionar as contradições existentes na relação entre desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade. A este respeito, deve-se considerar que tal proposta é proveniente das ideias da economia ambiental neoclássica, que defende:

[...] a valoração monetária dos bens e serviços ambientais; internalização de externalidades; a proposição o poluidor paga; os direitos de propriedade; o valor econômico total dos bens e serviços ambientais; o método da valoração contingencial; a análise do benefício/custo (ambiental). (MONTIBELLER, 2001, p. 86).

Assim, Montibeller (2001) resgata que para esta corrente de pensamento a todo recurso ou serviço ambiental que não esteja incluído no mercado, pode ser atribuído uma valoração monetária, isto é, determinar um valor para aquilo que o mercado não considera. O

que passa a ser questionado é como valorar monetariamente os bens e serviços do ambiente que não possuem valor pelo mercado.

A proposta da economia ambiental neoclássica é de que o poluidor pague, objetivando internalizar os custos relativos externos de deterioração ambiental. Tal proposta passou a ser um dos princípios básicos do direito ambiental, tamanha sua repercussão no âmbito da economia.

Mediante a propagação e adoção destas ideias, convém compreender o que seriam estes produtos e serviços gerados pela natureza que tendem a possuir valor ao mercado, especificamente os proporcionados pela Floresta Amazônica. Neste sentido, Fearnside (2002) apresenta três serviços ambientais disponíveis: a manutenção da biodiversidade, o armazenamento de carbono e a ciclagem das águas.

Este autor argumenta que:

[...] A manutenção da diversidade biológica constitui um serviço ambiental pelo qual beneficiários em diferentes partes do mundo podem estar dispostos a pagar. [...] Contudo, muitos dos benefícios da biodiversidade são globais em vez de locais. (FEARNSIDE, 2002, p. 319).

A armazenagem de carbono, destacada pelo autor, representa um serviço ambiental precioso, pois,

[...] o carbono é completamente permutável: um átomo de carbono estocado na floresta Amazônia tem o mesmo efeito atmosférico que um átomo de carbono estocado em uma plantação de eucalipto ou um átomo de carbono estocado no subsolo como combustível fóssil que não foi queimado por uma escolha de conservação e energia. [...] quando as comparações são feitas em uma base de tonelada-ano de carbono, elas são completamente equivalentes. (FEARNSIDE, 2002, p. 325).

Quanto ao ciclo das águas, Fearnside (2002) ressalta que uma das conseqüências da conversão da floresta em pastagens, seria a diminuição da pluviosidade na Amazônia, bem como das regiões vizinhas. Assim, parte da pluviosidade na Amazônia é proveniente da água reciclada pela floresta.

Ao enfatizar estes serviços ambientais, apresenta-se o que é vislumbrado pelo mercado ao atribuir valor à região, uma vez que todos estes processos da natureza determinam não só o ambiente local, mas como influenciam no global. Então, justifica-se a atenção internacional sobre a floresta, não somente como um território a ser explorado e, sim como contributo para a manutenção de outras regiões do globo a partir de sua conservação.

Sobre as recentes configurações na região, Fearnside (2002) argumenta que a venda de mercadorias materiais provenientes da floresta tem sido o alvo principal das tentativas de incentivar o “desenvolvimento sustentável” para as populações locais, por meio da manutenção dos serviços ambientais da floresta. Atribui-se assim, relevância ao modo de produção e reprodução destas populações.

Portanto, concorda-se com Leff (2009) ao afirmar que no âmbito destas propostas:

[...] predominaram os esforços para controlar os efeitos negativos da racionalidade econômica dominante, mediante a aplicação de normas jurídicas e técnicas, sem explicar a origem e buscar soluções integrais para a problemática ambiental. Desta forma, no nível concreto da tomada de decisões e das políticas públicas continuam imperando os critérios economicistas e as ações setoriais, [...]. (LEFF, 2009, p. 178)

Este autor considera que as políticas ambientais permanecem orientadas por um processo de capitalização da natureza com base numa “economia da conservação e da descontaminação”. Assim, remetendo uma relação desigual do valor atribuído à natureza e, principalmente, do valor social que o ambiente adquire para as populações locais.

O pagamento por serviços ambientais para uma determinada população transcende o valor econômico que se atribui ao ambiente. Adentra na lógica da garantia de acesso a bens e serviços públicos a esta população. Passa-se a configurar sob a ótica da providência social do Estado, respondendo tanto às determinações internacionais, aos grupos de interesse econômico, à premissa neoliberal, como às populações locais que demandam por políticas que garantam sua produção e reprodução social.

Nesta perspectiva, compreende-se que a lógica do pagamento por serviços ambientais, imputados aos moradores das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, adquire caráter político semelhante às formas de provisão social que o Estado brasileiro tem assumido nos anos recentes frente à proteção social, na forma de programas de transferência de renda.

Esta situação adentra no universo analisado por Sposati (2008) quando justifica que territorializar o exame da proteção social, exige destacar a particularidade sócio-histórica e político-econômica de cada região, que se expressou nos últimos anos, na adoção de modelos de Estado Social.

Assim, os moradores das unidades de conservação, não possuem uma relação intrínseca com a legislação social do trabalho, em que a proteção social, pode ser compreendida como política pública aos que não contribuem para o fortalecimento da lógica de mercado.

Neste sentido, resgata-se que as características que definem as formas e os sistemas de proteção social, estão relacionadas à transferência de recursos sociais, com base no esforço do trabalho, nos bens e serviços ou na forma de dinheiro (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004). Pode-se enquadrar neste contexto, as formas de pagamento por serviços ambientais destinados aos moradores das unidades de conservação do Estado do Amazonas.

Pode-se inferir que os modernos sistemas de proteção social,

Não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades. Muito mais que isso, eles representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações [...]. (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, p. 16, 2004).

Para os moradores das unidades de conservação o pagamento por serviços ambientais, passou a proporcionar acesso aos direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988, como educação, saúde, assistência. Entende-se que a remuneração que é repassada, passou possibilitar o acesso a serviços públicos, que por ventura são disponibilizados de modo específico a esta população, além de impor a existência civil, mediante as suas condicionalidades específicas.

Deste modo, a constituição de 1988, ampliou os direitos sociais, introduzindo a noção de Seguridade Social, relegando ao Estado deveres para com os cidadãos, dentre os quais insere-se os moradores das unidades de conservação.

Apesar das ações governamentais que primam o acesso aos direitos permanece vinculada à orbita da pobreza da pobreza, dirigida aos que “menos tem”, nos termos de Sposati (2008), que não se inseriram no mundo do trabalho formal, passando-se a incluir-se em ações pontuais no Estado brasileiro.

Entretanto, o risco desta estratégia de política de governo está na conjuntura de crise e mudanças presentes na sociedade, em que as políticas públicas com abrangência social tendem a acentuar traços de improvisação e inoperância, com funcionamento ambíguo e impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas provenientes, permanecendo como políticas casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis. Com risco de uma grave regressão de direitos sociais (YAZBEK, p. 37, 2001).

No contexto vivenciado pelas comunidades das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, o acesso a bens e serviços sociais, ainda é precário e só ocorre mediante a premissa do desenvolvimento sustentável, com base nas relações econômicas internacionais, que visualizam o usufruto dos serviços ambientais disponíveis na região.

Ao se garantir minimamente os direitos destas comunidades, previstos na legislação brasileira, a política governamental do Estado do Amazonas coaduna com a máxima defendida pela economia ambiental neoclássica. Além de ratificar os moldes de subordinação econômica e política do Estado brasileiro, em detrimento dos interesses do capital internacional.

#### **1.4 A proposta do Programa Bolsa Floresta e sua contribuição na criação do Programa Bolsa Verde.**

O Programa Bolsa Floresta foi instituído em 2007, como um subprograma do Programa Zona Franca Verde, pela Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei nº 3.135/2007). Em sua proposta busca pagar pelos serviços e produtos ambientais às comunidades estabelecidas dentro das Unidades de Conservação, a conservação e proteção dos recursos naturais, bem como, incentivar políticas voluntárias de redução de desmatamento. Seu objetivo é apoiar as comunidades que assumam o compromisso com o desmatamento zero, no Estado do Amazonas.

Atualmente o Programa é executado em quinze Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, consolidando sua estrutura a partir de quatro componentes: Familiar, Associação, Renda e Social, os quais têm objetivos distintos e ao mesmo tempo complementares, quanto à distribuição dos valores pagos pelo Programa.

Deste modo, no Componente Bolsa Floresta Familiar o objetivo é a promoção do envolvimento das famílias moradoras das Unidades de Conservação, na redução do desmatamento e valorização da floresta em pé. Neste componente o Programa busca a compreensão da realidade de socioeconômica e ambiental para melhorar a eficiência na aplicação dos recursos e avaliação dos resultados dos investimentos.

Nesta modalidade as famílias recebem uma remuneração mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Este valor é repassado por meio de um cartão de uma conta específica para este fim, aberta no Banco Bradesco, para cada família em nome da mãe, enquanto responsável pela administração do recurso. As famílias devem se disponibilizar a assumir um compromisso de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável junto ao Programa.

O Componente Bolsa Floresta Associação é destinado às associações dos moradores de cada Unidade de Conservação do Estado. Representa 10% da soma de todos os Bolsa Floresta Familiar e tem como função fortalecer a organização e o controle social do Programa,

promoção da gestão participativa por meio do fortalecimento da organização comunitária, com vistas a contribuir para o exercício da liderança associativa.

O Componente Bolsa Floresta Renda equivale a um cálculo por comunidade, estimado em um valor médio de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada comunidade por ano, sendo equivalente à R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por família ao ano. Este componente se destina ao apoio à produção sustentável, como peixe, óleos vegetais, frutas, mel, dentre outros. Sua meta é promover arranjos produtivos e certificação de produtos que aumentem o valor recebido pelo produtor. Esta modalidade considera todas as atividades que não produzam desmatamento, estejam legalizadas e valorizem a floresta em pé.

O Componente Bolsa Floresta Social também tem um valor médio de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por comunidade ao ano, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por família ao ano. Tem a finalidade de contribuir na melhoria da educação, saúde, comunicação, transporte e outros elementos básicos para a construção da cidadania para estas comunidades. As ações deste componente devem ser desenvolvidas em parceria com os órgãos governamentais responsáveis e instituições colaboradoras.

Na fase inicial do Programa Bolsa Floresta, em 2007, as atividades relacionadas à sua implementação foram executadas por uma equipe da SDS, em caráter emergencial, para que se desse início às atividades do programa. As atividades consistiam em: realização de estudos e diagnósticos social, econômico e ambiental das Unidades de Conservação; estabelecimento dos marcos legais de procedimentos operacionais para implementação; promoção da interação institucional através das ações integradoras com as organizações participantes na implementação; acompanhamento e avaliação da implementação do Programa.

Destaca-se que nesta fase, que decorreu no período de setembro de 2007 a abril de 2008, o Programa Bolsa Floresta foi empreendido nas seguintes Unidades de Conservação do Estado do Amazonas: Cujubim, Mamirauá, Catuá-Ipixuna, Piagaçu-Purus, Uatumã e Uacari.

Após esta fase inicial realizada pela SDS, foi instituída a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), no sentido de que pudesse executar as ações do Programa Bolsa Floresta. Assim, a partir de março de 2008 esta Fundação passou a ser responsável pelo Programa, tanto na captação de recursos, como na execução das atividades.

Deste modo, em maio de 2008, foi iniciado o pagamento dos benefícios por meio do convênio FAS – Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) e em junho do mesmo ano as atividades de campo foram iniciadas pela FAS. A Fundação destaca que nos primeiros cinco meses de gestão, aumentou o número de famílias beneficiadas, de 971 para 2702 (FAS, 2008).

Em sua constituição a FAS é uma instituição público-privada, sem fins lucrativos, não governamental. Foi instituída no dia 20 de dezembro de 2007, pelo governo do Estado do Amazonas e pelo Banco Bradesco, conforme o estatuto que foi aprovado pelo Ministério Público Estadual, atendendo as conformidades legais.

Nesta perspectiva, a FAS tem como uma de suas atribuições firmar parcerias para o suporte das ações do Programa Bolsa Floresta. As parcerias consistem em vínculos com instituições que ofereçam, não somente recursos financeiros, mas também que auxiliem no controle e auditoria da própria FAS. Além de instituições estatais que disponibilizem serviços dentro das Unidades de Conservação.

A este respeito, fica evidente o subsídio financeiro do Governo do Estado do Amazonas e dos mantenedores do Programa, a empresa Coca-Cola e o Banco Bradesco. Esta parceria entre o público e o privado é característica do modelo neoliberal vigente, de manutenção dos interesses privados no âmbito da esfera pública.

Concorda-se com Cardenes e Scherer (2010), quando enfatizam que no caso do Programa Bolsa Floresta e da FAS, não se pode considerar como uma política pública e sim, governamental, pois o fundo que sustenta o Programa resulta da captação de recursos privados, entre instituições nacionais e internacionais. Esta situação se ratifica em meio ao debate na sociedade da necessidade do Estado assumir a responsabilidade de enfrentar a crescente degradação da Floresta Amazônica, mesmo em áreas de conservação.

Neste contexto, evidencia-se a consolidação da idéia de um Estado mínimo e a primazia do mercado, com a implementação da descentralização das ações governamentais, da privatização das atividades econômicas e sociais exercidas pelo Estado, conforme a análise Carvalho (1999). Assim, consolida-se os padrões de governança sob a perspectiva neoliberal.

As iniciativas tomadas pelo Governo do Estado do Amazonas coadunaram com as determinações internacionais, já mencionadas neste trabalho, que propunham mecanismos para a conservação dos recursos, apesar de contradizerem as premissas do crescimento e desenvolvimento econômico.

Nestas configurações, percebe-se a priorização de programas e projetos flexíveis e com maior autonomia na atenção às diversas demandas, capazes de envolver as solidariedades comunitárias, as ONGs prestadoras de serviços sociais e o próprio beneficiário dos serviços (CARVALHO, 1999).

No discurso oficial é atribuído ao Programa um caráter inovador, em termos de iniciativa de conservação da natureza, mediante a forma que está estruturada sua proposta:

pagar aos moradores das Unidades de Conservação para conservarem, por meio da parceria público-privada de captação e administração dos recursos do Programa.

Esta proposta não pode ser reduzida a apenas uma iniciativa pontual do Governo do Estado do Amazonas. Outros fatores que contribuíram para a consolidação desta proposta devem ser reconhecidos, que conforme elenca Cardenes e Scherer (2010), é um fator de “marketing ambiental”, favorecendo o discurso do desenvolvimento sustentável e do reconhecimento da contribuição que as populações residentes nas unidades de conservação dão ao processo de conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, remete à Floresta Amazônica olhares interessados em seus recursos, principalmente instituições internacionais privadas, que firmaram parcerias com o Estado, visando o reconhecimento público da evidente “responsabilidade social e ambiental”, imposta a estas instituições, aderindo à proposta de redução e pagamento de gás carbônico na atmosfera.

As relações impostas transcendem a preocupação de “manter a floresta em pé”, aprofundam as relações capitalistas, ao possibilitarem a estas instituições o acesso aos recursos locais, bem como, ao atribuírem valor específico às relações de produção e reprodução dos moradores das Unidades de Conservação.

Outro fator do Programa são as condicionalidades impostas aos moradores das Unidades de Conservação para serem beneficiários, é determinado que cada morador assine um contrato/termo de responsabilidade para firmar o compromisso com o Programa. Este contrato é efetivado somente com o morador que residir na área por no mínimo dois anos.

O morador deve se submeter a um cadastramento socioeconômico e participar da oficina de apresentação dos objetivos do Programa. Outro critério é estar cadastrado e pagar a mensalidade da Associação de Moradores da Unidade de Conservação. Deve participar das atividades do Programa e manter-se em dia com as regras de conservação ambiental previstas para o local. Dentre as regras de conservação a principal consiste no não desmatamento das áreas da unidade de conservação.

Apesar de ser considerado como um programa pioneiro no Brasil, no que se refere a sua caracterização, o Programa Bolsa Floresta, associa as propostas de outros programas existentes no mundo. Destacam-se os programas Eco Taxa, da Costa Rica e o Família Guarda Bosque, da Colômbia.

É inegável que dentre as comunidades da Amazônia, a necessidade da aquisição de bens que não produzem é grande e o valor repassado pelo Programa tem auxiliado neste fim. Tanto que, a partir da proposta deste Programa, o Governo Federal criou para atender a nível



nacional, dentro das áreas de conservação federais, o Programa Bolsa Verde, com o propósito de contribuir com a remuneração paga pelos programas de transferência de renda vigentes.

Deste modo, em 28 de setembro de 2011 foi aprovado pelo Senado brasileiro a Medida Provisória 535, que instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, denominado de Bolsa Verde e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. As iniciativas são direcionadas às famílias em situação de extrema pobreza, integrando o programa de governo da Presidente Dilma Rousseff, Plano Brasil sem Miséria.

Para participar do Programa, a família deverá assinar um termo de adesão que especifica os compromissos de conservação. Cada família beneficiária receberá repasses trimestrais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), por um período de dois anos, podendo haver renovação. A transferência se interrompe caso a família não cumpra as condições do termo de adesão ou caso a família se habilitar para outro programa federal de incentivo à conservação ambiental.

Coordenado pelo MMA, o Bolsa Verde é resultado da articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), o IBAMA, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a CAIXA Econômica Federal, como seu agente operador.

De acordo com a proposta deste programa, tem por objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, melhorar as condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural.

Destaca-se que para o Governo Federal é considerado em situação de extrema pobreza a família que possui renda familiar per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais) mensais. Valor considerado acima da linha adotada nos Objetivos do Milênio/PNUD US\$ 1,25 (um dólar e vinte e cinco centavos) e de referência da extrema pobreza do Programa Bolsa Família.

Entretanto, de acordo com o manual do Plano Brasil sem Miséria (2011), a insuficiência de renda é considerada um indicador de privações. Inclui-se também, fatores sociais, geográficos e biológicos sobre cada indivíduo. Então, a preocupação é destinada às populações que não dispõem de instrução, acesso a terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades.

O Plano Brasil sem Miséria (2011) tem como objetivos a promoção da inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. Também busca elevar a renda familiar per capita; ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social;

ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

Tais objetivos serão incluídos nas propostas do Programa Bolsa Família, que tem a meta de incluir até 2013, mais 800 mil famílias que têm direito e que ainda não recebem o benefício. Assim, o cartão deste Programa terá a responsabilidade de pagar outros benefícios, como créditos de fomento para o meio rural, Rede Cegonha e o Programa Bolsa Verde.

De acordo com o referido Plano, as ações no campo terão a prioridade de aumentar a produção do agricultor, por meio de orientação e assistência técnica, oferta de fomento, sementes e água. Quanto à assistência técnica, ocorrerá diretamente junto às famílias, com acompanhamento continuado e individualizado, por equipes profissionais contratadas na região, pelo Governo Federal.

No que se refere ao Fomento, cada família receberá um fomento a fundo perdido de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos), pagos em parcelas durante dois anos. Conforme o Plano, a previsão é que até 2014 serão atendidas 250 mil famílias, permitindo ao agricultor pobre, a compra de insumos e equipamentos e aquisição de sementes ofertadas pela Embrapa.

Quanto ao Programa Bolsa Verde, o Plano Brasil sem Miséria prevê a transferência de recursos financeiros para as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, que devem integrar o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e estar em situação de extrema pobreza para a conservação de ativos ambientais.

Estas famílias devem viver ou trabalhar em Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federal ou em Projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados, ou seja, desenvolverem atividades de conservação.

Além disto, os beneficiários serão monitorados ambientalmente, em cumprimento as regras previstas no Termo de Adesão. No caso de não cumprimento destas regras, os beneficiários podem perder o benefício, conforme se observa nos programas de transferência de renda vigentes.

Em outubro de 2011 a Caixa Econômica Federal iniciou os pagamentos do Programa Bolsa Verde às famílias beneficiárias nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão. Este programa conta com um total de 3.577 famílias cadastradas, combinando a premissa da assistência social com a preocupação da conservação com o ambiente.

A ênfase dada ao Programa Bolsa Verde neste trabalho deve-se ao fato de que no discurso oficial, a sua proposta provém da iniciativa considerada pioneira no Brasil, do Programa Bolsa Floresta. Entende-se que muito ainda deve ser analisado sobre esta proposta,

o que não compete à proposta deste estudo, posto que, suas ações ainda são recentes para uma análise crítica aprofundada, em virtude de a sua criação datar de outubro de 2011.

Mediante ao quadro apresentado neste Capítulo, pode-se compreender que o Sistema de Proteção Social brasileiro, permanece marcado pelos traços da reforma dos programas sociais, sob a orientação dos organismos internacionais, expressos pela descentralização, privatização e focalização dos programas sociais (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004). E que também têm incorporado a premissa ambiental como resposta às demandas internacionais.

Identifica-se a relação que se torna presente nas políticas sociais e ambientais no país: a conservação do ambiente está pautada na valoração das relações de produção e reprodução dos moradores das unidades de conservação e, conseqüentemente, passa-se a atrelar neste processo demandas sociais.

Neste sentido, que se pretende no Capítulo II deste trabalho dar continuidade a esta análise, delimitando-se como *locus* de investigação a RESEX Catuá-Ipixuna. Então, apresenta-se o contexto sócio-histórico de constituição desta Unidade de Conservação, destacando-se a relevância da comunidade Bela Conquista e as ações empreendidas pelo Programa Bolsa Floresta nesta Reserva.

## **CAPÍTULO II**

### **A CONSTITUIÇÃO DA RESEX CATUÁ-IPIXUNA E A INSERÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA.**

A criação do Programa Bolsa Floresta proporcionou maior visibilidade das ações governamentais dentro das unidades de conservação do Estado do Amazonas. Quanto às ações de conservação do Estado, diversos questionamentos vêm à tona, em virtude de estarem interligadas com a iniciativa financeira da sociedade civil, além de remeterem aos povos e comunidades que habitam a floresta amazônica a responsabilização da conservação dos recursos naturais.

Neste contexto, se insere o Programa Bolsa Floresta, que possui uma relação complexa com seu público alvo, pois está determinada por processos de lutas políticas e sociais ensejados por algumas comunidades, para a implantação de áreas de conservação, como também, da imposição do poder público em demarcar áreas para este fim.

Esta relação, com interesses contraditórios, está presente no processo de inserção do Programa nas unidades de conservação, posto que, durante a década de 1990 e no início dos anos 2000 o debate sobre a implantação das unidades de conservação no Estado do Amazonas esteve acirrado, determinando e demonstrando o nível de organização social das áreas demarcadas, em que as propostas do Programa deveriam ser trabalhadas.

No caso específico da RESEX Catuá-Ipixuna, houve o interesse em conhecer o processo histórico que antecede a criação deste Programa, com vistas a compreender a relação com os bens e serviços que passaram a ser disponíveis. Apresenta-se, no primeiro tópico deste Capítulo, o contexto sócio-histórico de constituição desta Unidade de Conservação, destacando a relevância da comunidade Bela Conquista no segundo tópico e as ações empreendidas pelo Programa Bolsa Floresta nesta reserva no terceiro tópico.

É pertinente para a compreensão da perspectiva de análise crítica que se pretende desenvolver neste trabalho, destacar o processo sócio-histórico de constituição da RESEX Catuá-Ipixuna e das ações desenvolvidas pelo Programa Bolsa Floresta. Para tanto, utilizou-se os documentos oficiais sobre esta RESEX, especificamente, o Plano de Gestão 2010 do CEUC/SDS e os Relatórios de Gestão do Programa Bolsa Floresta, publicados pela FAS, nos anos de 2008, 2009 e 2010, comparando-os com os resultados da pesquisa de campo realizada

com os moradores da comunidade Bela Conquista, ressaltando os depoimentos sobre a relação com o Programa.

Para qualificar os depoimentos dos moradores, sem prejudicar a sua confidencialidade e melhor compreensão desta análise, apresenta-se o perfil dos entrevistados na pesquisa por meio de códigos de identificação para cada sujeito, os quais serão enfatizados a partir deste capítulo, conforme quadro a seguir:

Sujeito	Idade	Sexo	Escolaridade	Tempo de Residência	Código de Identificação
Comunitário	48	F	Ens. Médio Inc.	17 anos	Morador A
Comunitário	49	M	Alfabetizado	17 anos	Morador B
Comunitário	44	F	Ens. Médio Inc.	16 anos	Morador C
Comunitário	46	F	Ens. Médio Inc.	17 anos	Morador D
Comunitário	54	F	Ens. Sup. Comp.	17 anos	Morador E
Comunitário	24	F	Ens. Médio Inc.	17 anos	Morador F

Quadro 02: Perfil dos comunitários entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Observa-se no quadro acima o perfil dos entrevistados, que são de moradores da comunidade Bela Conquista, os quais residem desde a fundação da comunidade e participam desde a inserção do Programa Bolsa Floresta na RESEX.

## **2.1 Aspectos históricos e sociais da RESEX Catuá-Ipixuna.**

No âmbito de criação das unidades de conservação, principalmente na região amazônica, é pertinente compreender que se trata de um processo histórico de lutas e interesses contraditórios. Quanto à proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, parte do movimento iniciado pelos seringueiros, procurando combinar desenvolvimento com proteção aos recursos naturais (ALLEGRETTI, 1994).

A proposta de Reserva Extrativista surgiu da necessidade de encontrar uma alternativa que proporcionasse adequadamente a regularização fundiária das áreas que localizavam os antigos seringais na Amazônia, bem como que respondesse às demandas dos grupos locais por melhores condições de vida.

Esta proposta adquiriu legitimidade por ter sido formulada e demandada pelas populações da região e organizada em volta do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), sendo incorporada pelo poder público, sem que se perdessem suas características originais, desde o início dos debates na década de 1970 a sua incorporação em meados da década de 1980 e 1990 (ALLEGRETTI, 1994).

Nestas configurações, percebe-se que o processo de criação das Reservas Extrativistas contempla o contexto analisado por Carvalho (1999), em que afirma que as prioridades consideradas pelas políticas públicas são deliberadas pelo Estado, porém, emergem na sociedade civil. As demandas adentram na agenda do Estado, quando são fortemente vocalizadas por grupos e movimentos da sociedade, introduzindo-as na arena política.

Estabeleceu-se como Reserva Extrativista, no âmbito do Estado os:

[...] espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, regulados por contrato e de concessão pela política ambiental do país. (ALLEGRETTI, 1994, p. 19).

Assim, fica claro que o conceito de Reserva Extrativista, que é compreendido no Plano de Gestão 2010 CEUC/SDS, contempla tal concepção, além disto, tem por base o conceito apresentado pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM) em 2007:

A Reserva Extrativista (RESEX) é uma Unidade de Conservação (UC) utilizada por comunidade tradicional, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na criação de animais em pequena escala. Tem por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade. (AMAZONAS, 2010).

No contexto do debate sobre a determinação do território para os habitantes da região e a conservação dos recursos, insere-se o processo histórico da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna. Assim, para demarcar este processo, o resgate histórico apresentado neste trabalho tem por base as informações do Plano de Gestão 2010 da RESEX Catuá-Ipixuna, realizado pelo CEUC/SDS e os depoimentos dos moradores da RESEX, a fim de que se possa compreender o seu processo de criação e implantação para além do contexto político-institucional.

Utiliza-se o Plano de Gestão 2010 da RESEX Catuá-Ipixuna, por este ser um documento técnico e gerencial, que se fundamenta nos objetivos da RESEX Catuá-Ipixuna, com intuito de apoiar o desenvolvimento e gestão dessa Unidade, subsidiando ações da equipe do CEUC, da Associação Agroextrativista Catuá-Ipixuna (AACI), do Conselho Deliberativo, das instituições parceiras do Governo do Estado e demais que apóiam a RESEX e seus moradores. Deve nortear a organização da política ambiental dentro da RESEX e apresentar a caracterização local.

No âmbito do contexto social e histórico da RESEX Catuá-Ipixuna, o Plano de Gestão 2010 informa que no final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, a Igreja Católica, por meio da Prelazia de Tefé, exerceu importante papel na organização da região que se localiza esta RESEX. A Igreja teve relevante contribuição no acesso a diversos tipos de serviços sociais, como educação e saúde para as comunidades.

Os moradores da RESEX reconhecem a relevância da Prelazia de Tefé enquanto formadora de opinião e apoiadora das comunidades na luta pela conservação dos recursos, como lagos, igarapés e rios da região, mediante as constantes invasões de barcos pesqueiros, geleiras e pescadores que degradavam e provocavam escassez de recursos pesqueiros.

A exploração indiscriminada dos recursos deu início às discussões nas comunidades da região, que se fortaleceram com a criação de grupos e movimentos de conservação. No âmbito destas discussões, surgiu a proposta de criação das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável na região, dentre as quais, inclui-se a RESEX Catuá-Ipixuna.

Neste contexto, ressalta-se que na área em que está localizada a RESEX Catuá-Ipixuna, as discussões e o movimento de conservação dos lagos começaram na região do Lago do Catuá, que ainda hoje seus moradores têm grande influência na organização social da reserva. Estes moradores também lutaram contra a invasão de madeiras nesta área.

O marco de mobilização se dá no ano de 1996, em que as organizações atuantes na região dos Lagos do Catuá e do Ipixuna passaram a discutir sobre novas formas de preservar os recursos da natureza, fortalecendo a ideia de criar a Reserva Extrativista, expandindo a proposta para a região do Lago do Ipixuna.

A partir de consecutivas reuniões setoriais e assembleias dos moradores da região do Catuá, no período de 1996-1998, solicitaram ao Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) a criação de uma Reserva Extrativista nesta área.

De acordo com os moradores, foi um processo demorado e com muitos debates entre as comunidades. Então, conforme se observa na fala do Morador B:

[...] Quando foi feita essa reserva, ninguém conhecia, passamos sete anos estudando, pesquisando, fazendo reuniões para criar a reserva. A gente falava que uma reserva trazia muito mais benefício, na saúde, na escola era mais fácil o acesso. Então era muita abacaba. E pouca coisa tem acontecido. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Os moradores tinham depositado na implantação da RESEX a esperança de que por meio desta forma de organização do território seria mais fácil o acesso a bens e serviços

públicos. Neste mesmo período os moradores, juntamente com o apoio da Prelazia de Tefé e do IBAMA, conseguiram expulsar as madeiras que se instalaram nesta região.

No sentido de respaldar juridicamente a luta dos moradores, foi criada a Associação Agroextrativista Catuá-Ipixuna (AACI). Nos encontros, reuniões e assembleias realizados com o objetivo de discutir a criação da RESEX, até 2002 contaram com a presença do MEB, da CPT, do GPD, do IBAMA e da AACI.

De acordo com o Morador B, o processo de regulamentação e implantação da RESEX foi constituído por conflitos de interesses entre os moradores e o poder público, haja vista que relata:

A gente fez reunião para o conselho de gestão e vieram uns técnicos que nunca morou no interior e queriam fazer as leis. Ai foi um debate muito grande. E nós que moramos queríamos fazer nossas leis. Depois da implantação pouca coisa aconteceu. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Este morador prossegue afirmando que:

A única coisa que foi dito e feito em seguida foi a decretação da reserva. Nós tivemos uma reunião, uma audiência pública. Na época [...] o secretário e prometeu que em setembro seria decretado e aconteceu só isso. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

É evidente a relação que se instaurou durante o processo de criação da RESEX. As discussões ocorridas favoreceram a institucionalização da unidade de conservação, entretanto, é presente no discurso dos moradores que o que fora pleiteado pelos moradores ainda não foi concretizado pelo Estado.

O Governo do Estado do Amazonas assumiu a responsabilidade quanto à criação da RESEX, mediante as dificuldades do IBAMA em se relacionar com as instâncias locais. Em julho de 2003 foi aprovada a criação da RESEX Catuá-Ipixuna, por meio de uma Consulta Pública, na Comunidade Santa Luzia do Bóia, no Lago do Catuá. Mediante a assinatura de uma lista de responsabilidades pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e comunitários presentes, foi homologado em 08 de setembro de 2003, o Decreto N.º 23.722 que cria esta reserva.

A localização da RESEX foi determinada na região dos Lagos Catuá e Ipixuna, entre os municípios de Coari e Tefé, no Estado do Amazonas, conforme o mapa a seguir:



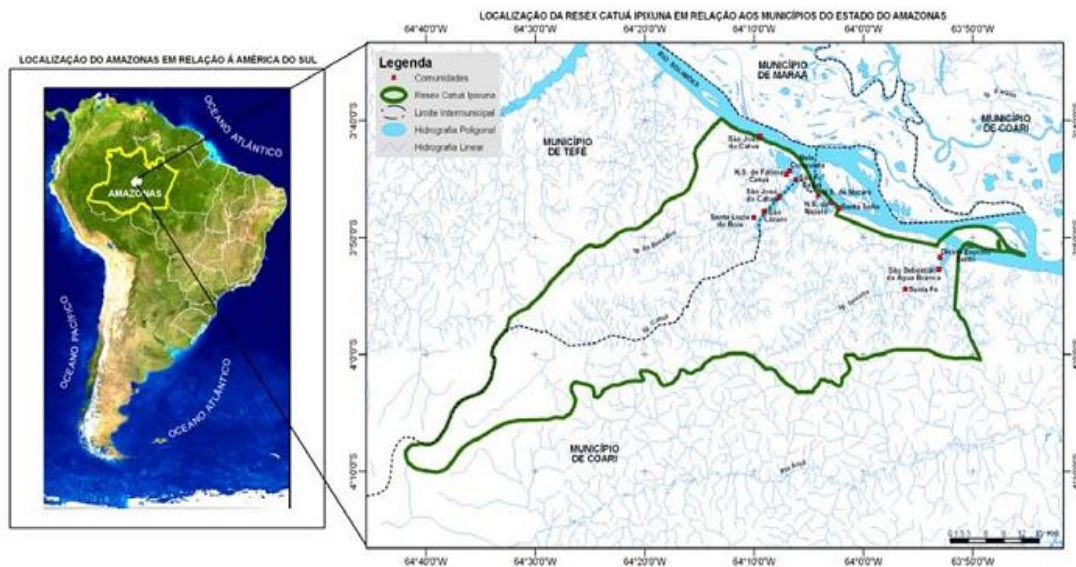


Figura 01: Localização da RESEX Catuá-Ipixuna.  
Fonte: Plano de Gestão 2010 (CEUC/SDS).

De acordo com o Plano de Gestão 2010 CEUC/SDS, seus limites ficaram determinados ao Norte com o Igarapé do Jabuti; ao Sul com o Igarapé de São José; a Oeste com uma linha imaginária agregando os afluentes das bacias dos lagos do Catuá e Ipixuna; a Leste com uma linha imaginária, desviando as propriedades existentes na margem direita do Rio Solimões, compreendendo o Igarapé da Vista Alegre até o Igarapé do Castanho, no Ipixuna, medindo da margem direita do Rio Solimões dois quilômetros para os fundos. As demais faixas de terras são a margem direita do Rio Solimões, incluindo a Ilha do Bacuri e a Ilha do Ipixuna.

Para ter acesso a RESEX Catuá-Ipixuna é possível por via fluvial ou por meio de vôos fretados, que saem da capital Manaus para as sedes dos municípios de Tefé e Coari. Em Manaus se recorre aos barcos recreios ou as lanchas do tipo “a jato/expresso”, com destino à Coari e Tefé, subindo o Rio Solimões, também se pode utilizar de vôos regulares do trecho Manaus-Coari-Tefé.

Nas sedes dos municípios de Tefé ou Coari com destino à RESEX, a viagem pode ser feita por meio dos barcos recreios, que não tem regularidade para esta área ou por lanchas e botes menores particulares. O que determina o tempo da viagem é a capacidade da embarcação, durante a vazante ou a enchente do rio, cerca de duas horas e meia de viagem.

### **2.1.1 Caracterização da RESEX Catuá-Ipixuna.**

O Plano de Gestão 2010 CEUC/SDS enfatiza que na RESEX Catuá-Ipixuna as técnicas, práticas e hábitos das populações indígenas de diversas etnias como os Catauixis, Jumas, Irijus e Jurimavas, em Caori, e Catuquinas, Tupebas e Uainumas, localizadas em Tefé, foram incorporados pelos novos moradores, migrantes, principalmente nordestinos no auge do ciclo da borracha na região. O que legou todo um modo de vida aos habitantes da Reserva.

As relações de produção e reprodução vigentes na região, ainda hoje, estão pautadas no conhecimento da mata, dos rios, das formas uso do solo, na dinâmica da relação com os animais e como se utilizar dos produtos da floresta no uso da alimentação e da subsistência familiar. O conhecimento sobre a floresta e as formas de reprodução é transmitido, principalmente, no contexto familiar por meio da oralidade.

Apesar deste processo de transmissão do conhecimento ainda permanecer, existem os entraves para sua consolidação, devido às facilidades que a disponibilização de energia elétrica proporcionou às comunidades da RESEX, como o acesso aos meios de comunicação, o rádio e recentemente a televisão, com o uso de antenas parabólicas. Outros fatores são a formação educacional nos moldes urbanos; a modernização dos meios de transporte, estreitando as relações com os centros urbanos.

No aspecto da religiosidade dos moradores, são predominantes os católicos ou protestantes. É presente na RESEX Catuá-Ipixuna, a tradição de realizar festejos e celebrações em homenagem aos santos padroeiros de cada comunidade. Deste modo, cada comunidade possui uma data específica para a realização de seus festejos anualmente.

Destaca-se que nas comunidades caracterizadas pela maioria dos moradores de religião católica, cada uma tem devoção por um santo específico, ou seja, um padroeiro ou uma padroeira, sendo os festejos realizados no dia de homenagem ao santo. Para os festejos são convidadas as outras comunidades da região, que participam de missas, novenas, arraiais e torneios de futebol. Durante as festividades os moradores aproveitam para venderem comidas e para participarem da festa dançante.

Por outro lado, nas comunidades em que a maioria dos moradores é protestante, as festas ocorrem nas datas de aniversário da comunidade e da congregação, com a venda de comidas, porém sem bebidas alcoólicas e festa dançante.

Quanto à formação da população da RESEX, de acordo com o Plano de Gestão 2010 CEUC/SDS, em levantamento realizado em 2006, existiam 1.475 moradores, em que 54% eram do sexo masculino e 46% do sexo feminino. Destes moradores, mais de 60% possuía

documentos pessoais como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor e Carteira de Trabalho.

Porém, não se tem uma estatística recente sobre a quantidade de moradores pelos órgãos oficiais. Tal situação não teve uma justificativa formal por parte do CEUC, apesar de informar que até 2011 não se tem registro novos moradores, somente o registro de nascimento de filhos de moradores.

Na RESEX Catuá-Ipixuna a população da está distribuída em 12 comunidades, onde nove estão localizadas na região do Lago do Catuá: Bela Conquista, Santa Luzia do Bóia, São Lázaro, São José, Nossa Senhora de Fátima, São João Evangelista, Santa Sofia, Nossa Senhora de Nazaré e São João do Catuá. Na região do Lago do Ipixuna estão localizadas as comunidades de São Sebastião da Água Branca, Santa Fé e Divino Espírito Santo.

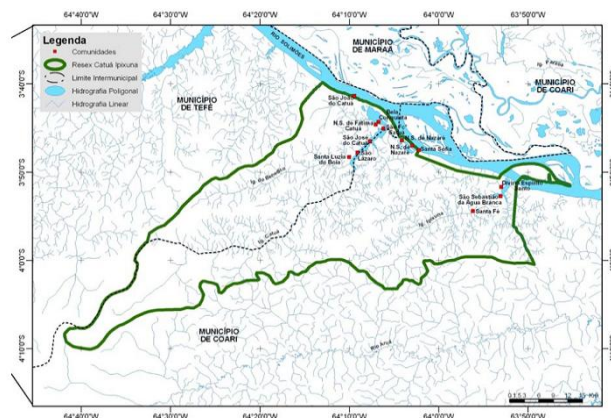


Figura 02: Localização das comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna  
Fonte: Plano de Gestão 2010. CEUC /SDS

Apesar de parte das atividades de produção ser destinada à subsistência, a economia da reserva é basicamente constituída pela agricultura familiar, pela pesca e pelo extrativismo vegetal. Os moradores consideram como principais produtos a farinha de mandioca e a extração da castanha (AMAZONAS, 2010).

De acordo com o Plano de Gestão 2010 CEUC/SDS, em 2006 foi identificado que das 287 famílias da RESEX, 54,5% tinham na agricultura, no extrativismo e nos benefícios sociais as suas principais fontes de renda. As outras famílias, 45,5%, tinham sua renda estabelecida exclusivamente da agricultura. Existem também algumas famílias que sobrevivem de pequenos comércios de estivas.

Para os moradores da RESEX o principal uso do solo ocorre para a prática da agricultura e para a criação de animais. A agricultura realizada na Reserva ocorre o ano todo

em áreas de terra firme e durante o período da vazante nas áreas de várzea, com uma prática específica para cada tipo de solo.

No trabalho da agricultura, os moradores utilizam a chamada mão-de-obra familiar, em que participam os membros da família ou recorrem aos mutirões, em que outros moradores participam no processo. Algumas famílias apelam para a troca de mão-de-obra ou para o pagamento de diárias, quando não dispõem de pessoas suficientes para trabalharem na agricultura.

Esta atividade é destinada principalmente para a subsistência das famílias. Apesar das famílias primarem produzir para o próprio consumo, somente a produção da farinha de mandioca é fator de geração de renda constante. Destaca-se que pela produção em pequena escala realizada na RESEX, esta atividade não exerce alto impacto na degradação desta área.

No que concerne à criação de animais é atividade comum em todas as comunidades. Esta prática ocorre livre nos terreiros das comunidades para animais como patos, galinhas caipiras e carneiros, já os bovinos e suínos são criados em áreas cercadas, conforme o regimento da RESEX. Os animais são criados para alimentação familiar e complemento da renda.

A prática do extrativismo é considerada a principal forma de uso da vegetação da RESEX, juntamente com a agricultura, gera renda para a maioria dos moradores. De acordo com o Plano de Gestão 2010 do CEUC/SDS, são utilizadas 73 variedades de recursos extraídos pelos moradores, em que 39 são espécies de madeiras, 12 são de palhas ou frutos de palmeiras, 03 de cipós, 02 de óleos, 07 de frutos e também sementes e resinas. Como exemplo de produtos extraídos tem-se a copaíba, a castanha, o açaí, o buriti, o patuá, o tucumã, dentre outros.

No entanto, o que se observou, conforme as informações do Plano de Gestão 2010 e das informações relatadas pelos moradores é a necessidade de conhecerem o potencial extrativo da região e as formas adequadas de extrair, manipular e armazenar os produtos, bem como as formas de comercialização mais adequadas a realidade geográfica da RESEX e à necessidade de renda de cada família.

Enquanto fonte de alimentação, o peixe também é a principal fonte de proteína dos moradores da RESEX Catuá-Ípixoná, situação que não é diferente em outras comunidades amazônicas. Neste sentido, os moradores utilizam os recursos pesqueiros tanto para o consumo quanto para geração de renda (quando há excedente). Apesar de entre os moradores existir o hábito de repartir o excedente do pescado capturado com outros moradores da comunidade.

A respeito do acesso dos moradores da reserva aos serviços e políticas públicas, tais como saúde, educação, habitação, energia, abastecimento de água e saneamento, comunicação e transporte, o Plano de Gestão 2010 do CEUC/SDS apresenta um levantamento sobre a disponibilização destes, o qual é resgatado neste trabalho, com a preocupação de elencar as recentes mudanças.

Com relação à educação, em 11 comunidades os moradores têm acesso à educação infantil do 1º ao 5º ano. Os alunos da comunidade excluída desse serviço, Santa Sofia, estudam na comunidade de São João Evangelista. Somente as comunidades de Divino Espírito Santo, São João Evangelista e São Lázaro disponibilizam o ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

Com a implantação do Programa Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica<sup>7</sup> pela SEDUC em 2011, foi possível aos moradores, jovens e adultos, ingressarem no ensino médio. No ano de 2011 estudaram o 1º ano do ensino médio, por meio de um canal disponível via internet, em que as disciplinas são ministradas em módulos ao vivo.

Destaca-se a comunidade Bela Conquista que dispõe deste Programa para os moradores no horário noturno. Apesar da existência deste, alguns jovens ainda recorrem às sedes dos municípios de Tefé e Coari para cursarem o ensino médio, devido estarem no 2º e 3º anos.

Entretanto, apesar das comunidades de São Sebastião da Água Branca, Bela Conquista e São João do Catuá disporem de serviço educacional, não dispõem de prédios escolares, as aulas e a administração escolar funcionam nos centros comunitários e nas igrejas da comunidade.

Na RESEX para os serviços de saúde são disponibilizados agentes de saúde. Porém, não são suficientes para atender às demandas locais, além da dificuldade de acesso ao serviço médico emergencial. Assim, os moradores recorrem às cidades de Tefé, Coari e nos casos mais complexos somente resolvem em Manaus.

As poucas unidades de saúde existentes, não dispõem de bom funcionamento. Na Comunidade do Divino Espírito Santo existe uma unidade, com uma funcionária, mas com deficiência de equipamentos e medicamentos. Conforme o Plano de Gestão 2010 CEUC/SDS,

---

<sup>7</sup> Esta modalidade de ensino é realizada pelo Centro de Mídias da SEDUC, que tem por objetivo, assegurar o acesso e a conclusão do Ensino Médio presencial com mediação tecnológica, para jovens e adultos em localidades do interior do Estado do Amazonas de difícil acesso. Assim, as aulas são presenciais com mediação tecnológica, por meio da produção de mídias educativas (textos, vídeos, som e imagem) voltadas para a formação e desenvolvimento humano de alunos, professores e demais profissionais da educação.

existem lanchas doadas pelas prefeituras locais para emergências e geralmente falta combustível suficiente para atender às necessidades dos moradores.

Apesar da existência destas lanchas, verifica-se que atualmente não estão em funcionamento devido à falta de manutenção nos motores, deixando as comunidades sem a disponibilização deste serviço, que deveria ser garantido pelas prefeituras dos municípios de Tefé e Coari.

Na RESEX, o atendimento médico ocorre uma vez por ano, com profissionais enviados das sedes dos municípios (um médico, um enfermeiro e um dentista). Porém, até o final da pesquisa de campo os moradores relataram que não havia previsão de quando o serviço seria realizado na Reserva.

Existem alguns Agentes Comunitários de Saúde contratados pelas prefeituras, para realizar a promoção da saúde preventiva, com ênfase no exame de malária. Os exames são encaminhados para as cidades de Tefé e Coari para leitura, mediante a falta de estrutura, equipamentos e medicamentos suficientes para a realização do serviço com qualidade.

Entretanto, na ausência da disponibilidade de medicamentos farmacêuticos na RESEX, permanece como uma importante ferramenta no tratamento de doenças entre os moradores, a utilização de plantas e raízes consideradas medicinais. Servem principalmente para o uso em caso de dores, febre e diarreias.

As residências das comunidades da RESEX são, normalmente, dispostas de frente ou próximas aos rios, igarapés e lagos, com a distância considerando a altura que esses cursos de água alcançam na cheia e na vazante. Com a implementação do Crédito Habitação na Reserva pelo INCRA, as famílias puderam ter acesso a uma moradia com mais conforto.

Todas as comunidades da Reserva foram beneficiadas, foram 76 famílias (26,48%) em 2007 e mais 152 em 2009 (52,96%), totalizando 228 famílias (79,44% de todas as famílias existentes na RESEX em 2006). O projeto arquitetônico e orientação na construção das casas foram fornecidos pelo INCRA, além de fomento alimentação, totalizando R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) em benefícios a cada família. As casas foram construídas em madeira, com cobertura de alumínio, medindo 7 m x 8 m e com banheiros internos.

Ressalta-se que as famílias assinaram o termo de adesão a este projeto de reforma agrária e, considerando que se trata de um financiamento, desconhecem o prazo de previsão de pagamento deste, nem quanto seria o valor a ser pago. Situação que não se resume somente a RESEX Catuá-Ipixuna e sim a maioria dos assentamentos e projetos agrícolas implantados pelo INCRA.

Com relação ao serviço de energia elétrica nove comunidades possuem motor gerador e rede elétrica, permanecem excluídas deste serviço Santa Sofia, São José e Nossa Senhora de Fátima. As prefeituras de Coari e Tefé são responsáveis pelo fornecimento do combustível para o funcionamento do gerador, durante três horas à noite, normalmente entre 19h e 22h, para as escolas e a iluminação noturna.

No momento em que os moradores necessitam de energia elétrica extra, organizam-se para arrecadar dinheiro entre todos e compram o combustível. Esta situação ocorre geralmente em ocasiões consideradas especiais pelas comunidades tais como: festejos, reuniões e jogos de futebol, transmitidos pela televisão.

No que se refere ao abastecimento de água, das 12 comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna, apenas a comunidade Nossa Senhora de Nazaré não possui poço artesiano. Nesta comunidade as famílias suprem suas necessidades de água com a captação de água da chuva ou do rio, lagos e igarapés localizados próximos às casas.

Verificou-se que mesmo a comunidade possuindo poço artesiano, o costume de usar da água do rio para os afazeres domésticos, como lavar louças e roupas, tomar banho permanece, principalmente devido à distribuição de água ser somente no período noturno quando o gerador de energia funciona. A água do poço é geralmente utilizada para beber e preparar os alimentos.

Na Reserva o destino do lixo na maioria das comunidades permanece o hábito de queimar, enterrar ou acumular o lixo a céu aberto nos quintais. Apenas na Comunidade Bela Conquista existe aterro comunitário, que foi construído pelos moradores. Na Comunidade Santa Luzia o aterro está em construção. Ainda existe o problema de alguns barcos recreios jogarem resíduos nos cursos d'água da RESEX.

Como nas demais localidades da Amazônia, o transporte de pessoas e produtos dentro da Reserva é realizado, principalmente, por meio de canoas de madeira, com *motor de popa*<sup>8</sup> ou lanchas pequenas. Geralmente, para se locomoverem até Coari e Tefé e comunidades mais distantes, são utilizados barcos recreios<sup>9</sup> ou botes de alumínio com motor movidos a gasolina.

Outro fator que determina as formas de locomoção fluvial são os ciclos de enchente e vazante dos cursos d'água, pois na seca as distâncias dos cursos d'água se tornam maiores.

---

<sup>8</sup> Este tipo de transporte recebe várias denominações de acordo com a potência do motor e com o tipo de "casco" ou bote, seja de alumínio ou madeira, são conhecidos como: rabeta, voadeira, balieira, dentre outros.

<sup>9</sup> Barco recreio é a denominação as embarcações que fazem o transporte de passageiros e cargas entre as comunidades e as sedes dos municípios.

Durante o período da vazante o transporte de mercadorias e pessoas acaba ficando restrito às canoas e botes mais leves.

Em dez comunidades os moradores se organizaram e compraram com o recurso liberado pelo INCRA (quinhentos reais de cada família) um bote de alumínio para uso coletivo a cada uma das comunidades.

A respeito da organização comunitária, todas as comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna possuem uma coordenação eleita em assembléia geral, que é responsável pela comunicação com as demais comunidades, com o poder público e com organizações não-governamentais, por meio da representação do presidente. As comunidades de Santa Luzia do Bóia e de Bela Conquista estão legalizadas juridicamente com Estatuto Social e com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

No âmbito das formas de organização comunitária, o objetivo desta iniciativa decorre da facilidade dos moradores discutirem os problemas das comunidades, realizarem atividades produtivas e sociais, repassar as informações de interesse dos moradores, além do reconhecimento da representatividade perante as instituições públicas e parceiras da RESEX. As comunidades se reúnem freqüentemente, realizam encontros e reuniões e assembléias.

Conforme informado anteriormente, a organização comunitária, consolidada dentro da RESEX, teve forte influência do MEB e da CPT, sendo criada em 1999 a Associação Agroextrativista Catuá-Ipixuna (AACI), com o intuito de respaldar juridicamente a organização dos moradores.

A sede da AACI está localizada na Comunidade de Santa Luzia do Bóia. Esta possui um centro comunitário e administra um flutuante do Estado, que serve base de apoio à implementação da RESEX. A constituição da Associação se dá por meio de uma diretoria executiva e de um conselho administrativo, que possuem mandato de dois anos. Sua composição se dá por representantes da maioria das comunidades.

Ressalta-se que a AACI organiza atividades de capacitação de lideranças comunitárias, encontros setoriais (nos Lagos do Catuá e do Ipixuna), além de assembléias anuais, com a finalidade de prestar contas das atividades realizadas e dos recursos utilizados e arrecadados, bem como a aprovação dos planos de trabalho. Também fazem parte das discussões e reivindicações da Associação ações que melhorem a renda familiar, a infraestrutura das comunidades, os serviços de saúde e educação.

Esta Associação é considerada parceira do CEUC/SDS na gestão da Reserva e participa do Conselho Deliberativo, juntamente com os representantes dos setores do Catuá e



do Ipixuna, também se articula com outras instituições governamentais e não governamentais, municipais, estaduais e federais.

Uma das ações da Associação que merece destaque é a luta pela inclusão dos moradores da RESEX em programas de reforma agrária, iniciado em 2005, consolidando a participação social dos moradores frente ao Estado e demais organizações sociais.

Nesta perspectiva, a relação que constitui as formas associativas entre os moradores da RESEX Catuá-Ipixuna, enquadra-se no entendimento que Gohn (2010, p. 13) apropria sobre os movimentos sociais, que são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.

Esta autora afirma que o associativismo que tem sido predominante é proveniente de mobilizações pontuais, como se pode considerar o contexto que se insere a AACI. No âmbito local que se desenvolvem as formas de mobilização e sociabilidade, dentro de uma relação intrínseca com a perspectiva da Participação Cidadã, que é demandada à sociedade civil.

Para Wampler (2010) a constituição de comunidades associativas, tal como as formas de representação dos moradores da RESEX, permite às lideranças comunitárias e os demais cidadãos vincularem-se a outros cidadãos e comunidades, no entendimento de seus problemas e possibilita a criação de uma base para o engajamento em atividades políticas, como a tomada de decisões para o interesse comum.

## **2.2 A comunidade Bela Conquista.**

A história de criação e organização desta comunidade se desenvolve juntamente com a própria história da RESEX Catuá-Ipixuna, o que instiga compreender como são determinadas as relações de produção e reprodução após sua criação, bem como da implantação do Programa Bolsa Floresta nesta Reserva.



Figura 03: Frente da comunidade Bela Conquista.  
Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

A Comunidade Bela Conquista é constituída por 16 famílias, das quais a maioria integra uma mesma família, cinco irmãs e um irmão, com seus filhos e netos. Esta comunidade foi fundada em 1994 por três famílias, sendo que dois eram os irmãos mais velhos desta família e um amigo, que habitavam a região desde a década de 1980.

Conforme se pode perceber na fala do “Morador A” sobre a fundação da comunidade:

Eu, meu irmão e minha irmã, a gente veio para cá e só tinha um roçado. Só tinha derrubado e tinham queimado era só o lugar para fazer as casas. A gente veio de lá nós três, eu com a minha família, a minha irmã com a dela e ele com a dele. Isso a gente ficou desde 90 a 94. Em 94 veio as outras famílias de lá, a minha mãe e os dois netinhos que ela criava, mais a minha irmã [...] e minha outra irmã [...], cada qual com sua família. Teve uma enchente grande que cobriu o assoalho das casas de lá. E vieram para cá passar a enchente, trouxeram todas as criações, galinha, as criações que estavam se afogando na água e ficamos convencendo eles de ficarem aqui. Só a nossa mãe que não queria ficar aqui. Desde 94 foi que a gente começou a fundar a comunidade, já com o nome de Bela Conquista. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

O marco inicial da fundação da comunidade Bela Conquista decorre da vinda dos moradores de outra comunidade da região, justificada pelo ciclo de enchente dos rios e pela busca de um local seguro para habitar.

No que se refere à estrutura da comunidade, é composta por uma escola municipal, que funciona na sede social da comunidade, com uma pequena sala improvisada em uma casa ao lado da sede. Esta casa também serve de moradia para um dos professores da escola, que é oriundo da sede do município de Coari, embora seja contratado pelas prefeituras de Tefé e de Coari. Neste espaço funciona o Ensino Fundamental I de 1º ao 5º ano.



Figura 04: Sede social e Escola da comunidade Bela Conquista.  
Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

Os alunos do Ensino Fundamental II de 6º ao 9º ano estudam na escola da Comunidade de São Lázaro, que é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Coari, localizada no Lago do Catuá. Esta escola conta com professores da sede deste município, que residem na comunidade e retornam a sede do município somente na época do pagamento mensal. Também é disponibilizado um barco que transporta os estudantes da RESEX.



Figura 05: Fachada da escola da comunidade de São Lázaro.  
Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

A Comunidade de Bela Conquista dispõe de uma Igreja Católica, construída pelos próprios moradores, que recebe visita anual de um padre da Prelazia de Tefé. Durante a semana serve de sala de aula para o Ensino Médio, oferecido pela SEDUC, por meio do Programa de Ensino à Distância Tecnológico. A comunidade conta com três professores, um auxiliar administrativo, um auxiliar de limpeza e uma merendeira, todos são moradores.

É interessante a relação que a educação proporcionou entre os moradores, pois como o curso do ensino médio ainda está no primeiro ano, na mesma turma participam os jovens e os adultos da comunidade. Convivem na mesma sala de aula os filhos, pais e avós, que realizam os exercícios passados pelos professores conjuntamente.

A professora é uma espécie de monitora desta turma, é responsável em ligar a televisão e conectar na internet, repassar os exercícios e avaliações. É a mesma professora do ensino fundamental, que é irmã e tia dos alunos, estreitando as relações. A professora afirma ter dificuldades com o sistema de ensino.

Os alunos também relatam dificuldades quanto à forma de aprendizado. Somente ter acesso ao conteúdo no momento da exposição da aula. Quando perdem a aula (geralmente por falta de energia), não tem reposição. O conteúdo é transmitido muito rápido, recorrem a uma espécie de resumo que é disponível no site da SEDUC. Não têm acesso a outros materiais como livros e apostilas dos conteúdos. Porém, independente da faixa etária, os alunos não cogitam desistir de estudar.

A comunidade possui um poço artesiano que distribui água para todas as casas, de modo semelhante à maioria das comunidades da RESEX, conforme descrito anteriormente. O poço é ativado quando o motor gerador de energia é ligado no período noturno (de 18h00min a 22h00min), ou quando há necessidade por parte dos comunitários para realizarem atividades comunitárias.

Nestas condições, a água é distribuída com escassez às casas, devido à capacidade do poço, à precária rede de distribuição e ao tempo de funcionamento. Tal situação leva os moradores a recorrerem às práticas tradicionais de uso da água do lago para realizar os afazeres domésticos como: lavar roupas, louças, tomar banho e cuidar dos alimentos (peixes) na margem do lago, nas pequenas balsas flutuantes. Portanto, a água do poço fica somente para cozinhar e beber.

Pequenas balsas flutuantes são utilizadas para realizar os afazeres domésticos, as crianças e jovens utilizam como espaço de recreação nos fins de tarde, quando as meninas levam os utensílios de cozinha para lavar e aproveitam para tomar banho e pular de cima das árvores na margem do lago, juntamente com os meninos.

Ressalta-se que também nesta comunidade, como o combustível usado no gerador de energia é fornecido pela prefeitura de Tefé mensalmente, quando há necessidade dos moradores realizarem atividades extras na escola, na igreja ou mesmo na comunidade, os moradores cooperam com combustível próprio.

Para ter acesso ao combustível fornecido pela prefeitura, os moradores se dirigem à sede do município de Tefé. O responsável pelo uso do gerador (ligar, desligar e conservar) é o agente de saúde da comunidade, que também é o responsável pelo sistema de radiofonia, fornecido pelo Programa Bolsa Floresta para a comunidade.

Na comunidade, existem cerca de três casas de farinha, localizadas no terreno de alguns moradores, mas são utilizadas de forma coletiva pelas famílias. A produção de farinha também é considerada como principal fonte de renda das famílias, relacionadas à agricultura.

As crianças e os jovens da comunidade participam de todo o processo produtivo da farinha, da extração e preparo do açaí, auxiliam na pesca, nas atividades domésticas e na coleta de frutas dos pequenos cultivos como tangerina, laranja e manga. Estão sempre presentes nas reuniões comunitárias observando. Ressalta-se que estas atividades são realizadas antes ou após o horário de estudo.

Em todas as casas os moradores possuem televisão, mas as crianças interagem no horário noturno assistindo jornais, novelas e jogos na casa dos parentes e vizinhos. Nos dias de movimentação na comunidade, como os mutirões de fiscalização ambiental<sup>10</sup>, os trabalhos comunitários (limpeza da Igreja e do terreno da comunidade) as crianças e jovens observam atentas todas as situações e estão presentes nas refeições oferecidas aos voluntários destas ações, que nem sempre são membros desta comunidade.

Na Comunidade Bela Conquista os moradores realizam festa comemorativa no aniversário de fundação da comunidade, no mês de julho. Os moradores se organizam para o festejo, realizam a venda de comidas, bingos para arrecadar dinheiro para a associação da comunidade. São realizados torneios de futebol entre times formados por cada comunidade. O dinheiro é utilizado para auxiliar as atividades comunitárias.

Também são realizadas atividades para arrecadar fundos para a Igreja, a qual disponibiliza o curso de catequese para os jovens da comunidade. Tanto a Catequese como as missas são feitas por moradores voluntários, pois o padre responsável pela região visita a comunidade somente duas vezes ao ano, em julho e janeiro.

A relação dos moradores com os espaços comuns é bem específica, todos se organizam para realizar serviços de melhorias na comunidade. Os moradores elegeram todas

---

<sup>10</sup> Esta atividade é prevista no Plano de Gestão do CEUC/SDS e deve ser realizada em parceria com os moradores escolhidos como agentes ambientais voluntários, de cada comunidade, além do Chefe da Unidade de Conservação e deve conter membros do IPAAM. Entretanto, o IPAAM somente intervém, caso haja alguma denúncia de crime ambiental, ficando a atividade de fiscalização relegada aos próprios moradores.

as quartas-feiras como o “Dia do serviço comunitário”, em que todos os moradores, homens, mulheres e jovens praticam atividades de melhoria nos espaços comuns.

As atividades se desdobram em: limpeza da Igreja (feita pelas mulheres), roçado da área comum, construção de barracas para a festa comunitária, instalação de postes de iluminação e transmissão de energia (serviço que não foi realizado pelos técnicos da prefeitura de Tefé), de responsabilidade dos homens.

Observa-se uma relação intensa entre os moradores da RESEX com o mundo externo, constatando-se pelo acompanhamento e interesse demonstrado pelos moradores às informações transmitidas pela televisão e pelo rádio, que influenciam no cotidiano dos moradores. Um exemplo é o fato de torcerem e conhecerem tudo sobre os times de futebol do sudeste do país, nas noites de jogo, geralmente as quartas-feiras, vibram, comemoram, soltam fogos com os jogos em meio à grandiosidade do ambiente em que vivem.

Os moradores afirmam que não têm acesso a serviços assistenciais, desconhecem os barcos da Previdência e do Governo do Amazonas que disponibilizam serviços. Os moradores tiveram acesso à expedição de documentos por meio de uma ação realizada pela CPT. Conforme relato dos moradores A e C, percebe-se a dificuldade em recorrer aos serviços públicos, principalmente de saúde, que não estão disponíveis na RESEX:

[...] a gente encontra, muitas vezes vai daqui para a cidade duas ou três vezes para fazer uma consulta, para resolver um problema. Às vezes sai daqui da comunidade e marcam com um mês um exame no laboratório. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Tem sim, nem sempre tem como conseguir. Na área de saúde muitas vezes a gente vai daqui do interior para fazer uma consulta lá na cidade e às vezes o médico não está. Passa de 15 a 20 dias para fazer um exame. Tem vezes que precisa voltar para casa e ir de novo. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Como a comunidade só conta com um agente de saúde, os moradores recorrem aos serviços de saúde da sede do município de Tefé. Algumas mulheres participam do Programa de Planejamento Familiar, porém, só recebem preservativos, quando vão à sede. Mesmo assim, reclamam não ser suficiente para o planejamento mensal.

Observa-se que as relações impostas ao modo de reprodução dos moradores da comunidade Bela Conquista estão pautadas pelas determinações do (não) acesso aos serviços públicos como saúde, educação, assistência, bem como, mediante as relações familiares e culturais. Estas relações são ratificadas pela forma como o Estado intervém frente ao processo

de conservação na RESEX e principalmente no trato das demandas sociais dos habitantes da região.

### **2.3 A inserção do Programa Bolsa Floresta na RESEX Catuá-Ipixuna: ações empreendidas.**

Neste item elencam-se as ações empreendidas pelo Programa Bolsa Floresta na RESEX Catuá-Ipixuna, a partir dos Relatórios de Gestão anuais da FAS, dos anos de 2008, 2009 e 2010, que serão comparados aos depoimentos dos moradores entrevistados na pesquisa de campo. Destaca-se que estes relatórios são públicos e disponíveis em endereço eletrônico para a conferência das ações do Programa pela sociedade.

Diante deste quadro que se procedeu a investigação de campo, tendo como questão inicial, como os moradores passaram a ter conhecimento da existência do Programa Bolsa Floresta. Então, relataram que:

A gente ficou sabendo do programa através das informações obtidas pelo CEUC. Aí anunciaram que vinha [...] o coordenador da FAS e logo depois veio a oficina. Teve muito esclarecimento, muita explicação. A gente depois assinou um termo para não desmatar a mata nativa. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Fiquei sabendo por meio das informações a gente já tinha em participação de muitos eventos, quando o projeto apareceu já foi incluída a nossa reserva Catuá- Ipixuna e logo em seguida fizeram a oficina aqui. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Fiquei sabendo através da oficina feita pela FAS. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

O Programa surgiu no Catuá e já fiquei sabendo, porque a gente sempre morou aqui estava sempre participando das atividades das reuniões da associação e quando o Programa veio para cá a gente já ficou sabendo. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Eu sai para um curso em Brasília e ficamos sabendo lá sobre o Programa oferecido pela SDS e depois que passamos para a comunidade. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

De acordo com o relato dos moradores, a comunidade teve conhecimento a partir das informações passadas pela oficina de apresentação do Programa Bolsa Floresta, realizada no ano de 2007.

Esta oficina passou a ser realizada pela FAS em 2008, denominada como “oficina de formação sobre mudanças climáticas e sustentabilidade”, que tem o objetivo de apresentar o Programa Bolsa Floresta e informar sobre os critérios de inclusão. Após esta oficina os moradores assinam, de forma voluntária um “termo de compromisso de desmatamento zero”, que firma a inclusão da família no Programa (FAS, 2008).

Deste modo, questionou-se aos moradores se tinham conhecimento dos critérios de inclusão no Programa:

Primeiro participar da oficina do Bolsa Floresta. Na oficina teve vários termos, a preservação, o cuidado com o lixo e um dos principais foi o desmatamento da floresta. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Primeiro critério é ser morador da unidade pelo ao menos um ano, ser casado. [...] Tem que ter filho na escola, participar das reuniões da associação e da FAS, está atento às regras. Não pode fazer roçado em área de mata virgem, não pode fazer queimada. Se eu estiver fazendo algo errado e se for denunciado, tem três chances, se não perde o benefício. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Você tem a responsabilidade de não desmatar. É o conhecimento que tenho, além de pagar a associação em dias. Do dinheiro que recebe já tira para pagar. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Na oficina o que mais falaram para não fazer queimada e não desmatar. A gente preencheu um termo dizendo o que podia e o que não podia fazer. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

Dentro da oficina que a gente participou, a gente sabe os critérios, tem que participar da oficina, tem que ser associado, ter participação também. São algumas exigências, mas infelizmente tem gente que não cumpre. Teve uma reunião e passaram exigindo que o pessoal tinha que pagar a associação, homem e mulher. Só que dificilmente funciona, e não passaram mais cobrando nada. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Quando foi feita a primeira oficina e quando deram o cartão, eles deram um papel assinado com os critérios. O primeiro critério era morar dentro da Resex, a pessoa ser sócia da associação, pagar uma mensalidade, para que esse dinheiro do Programa Bolsa Floresta ajudasse na mensalidade. Porque o presidente viaja muito e tem que ter esse recurso. Manter a floresta em pé, evitar o máximo degradar a mata, o lago. Participar de todos os eventos dentro da RESEX. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Fica evidente que os moradores possuem conhecimento sobre os critérios e o processo de inclusão no Programa. É pertinente enfatizar que todos os entrevistados afirmaram receber os R\$ 50,00 (cinquenta reais) do componente Familiar do Programa, apesar de terem opiniões divergentes quanto à contribuição deste valor para as necessidades da família:



Ajuda. Mas não é muita coisa porque hoje em dia cinquenta reais não é muita coisa. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Não, porque é um valor muito pequeno só R\$ 50, por família e o projeto priva de muita coisa da derrubada da mata, para fazer roçado, tem que diminuir. Não tem condições de compensar. [...]. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Contribui sim. A gente usa para comprar alimento, medicamentos. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

O dinheiro contribui. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

Contribui com certeza para a manutenção da família, a gente paga a associação e o que sobra ajuda na manutenção da casa mesmo. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

De certo modo o dinheiro contribui você compra um café para a casa, mas não supre. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Cabe questionar a relação que é imposta quanto ao recebimento do componente familiar, que deve, obrigatoriamente, ser destinado 10% deste valor para contribuir com a associação, reduzindo o valor destinado a manutenção da família beneficiária. Pode-se acrescentar ainda, a despesa para receber este valor na sede do município de Tefé.

Conforme informaram os moradores, recebem o benefício no Banco Bradesco de Tefé, apesar de não reconhecerem a dificuldade para receber. Tal situação decorre do fato de que no momento que recebem o pagamento do Programa Bolsa Floresta, também recebem o Programa Bolsa Família ou a remuneração mensal de funcionário público da prefeitura, em alguns casos.

Acumulam os valores dos pagamentos para poder realizar a retirada uma única vez no mês. Com o acúmulo dos valores realizam a compra dos mantimentos e necessidades do mês. Conforme se observa nos relatos:

Eu usava esse valor para manter o meu filho estudando em Tefé. Usava o meu Bolsa Família também. Para manter um filho estudando em Tefé é difícil, porque ninguém dá emprego para menor. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

O dinheiro do Bolsa Floresta é utilizado em rancho e em prestações de objetos, de compras. É um dinheiro que já é garantido lá. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] para comprar um alimento, uma roupa, um calçado. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

O valor recebido que auxilia nas despesas da família, se enquadra no contexto apresentado no capítulo anterior quanto aos programas de transferência de renda. Para estas famílias, o diferencial na renda consiste na somatória dos benefícios que recebem dos programas sociais, como no caso do Programa Bolsa Família. Assim, agregado ao valor do Programa Bolsa Floresta, acrescenta-se os valores relatados pelos entrevistados do Programa Bolsa Família:

<b>VALOR RECEBIDO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b>	
Morador A	R\$102,00.
Morador B	R\$102,00.
Morador C	R\$102,00.
Morador D	R\$ 166,00.
Morador E	Não recebe.
Morador F	R\$134,00.

Quadro 03: Valor recebido no Programa Bolsa Família.  
Fonte: Andrade, Pesquisa de Campo, 2011.

Entretanto, como os investimentos do Programa transcendem a remuneração familiar, preocupou-se em identificar nos Relatórios de Gestão da FAS os valores investidos tanto no numerário total de unidades de conservação, quanto especificamente na RESEX Catuá-Ipixuna, comparando com as ações empreendidas e confirmadas pelos moradores.

Conforme o Relatório de Gestão 2008 da FAS foram investidos no Programa Bolsa Floresta R\$ 4.133.189,00 (quatro milhões cento e trinta e três mil e cento e oitenta e nove reais) até dezembro de 2008. Neste relatório também são informados os aspectos socioeconômicos das unidades de conservação atendidas, as parcerias firmadas, mas não há um detalhamento das ações realizadas em todas as unidades, bem como, os valores investidos individualmente, em especial na RESEX Catuá-Ipixuna.

De acordo com o Relatório de Gestão 2009 da FAS, em maio de 2008 foram iniciados os pagamentos dos benefícios pela FAS e, no mês seguinte as atividades de campo. Em um saldo geral o Programa investiu no Componente Renda uma média de R\$ 140.000,00 mil (cento e quarenta mil reais) por unidade de conservação ao ano; no Componente Social também R\$ 140.000,00 mil (cento e quarenta mil reais), no Componente Associação trata-se de 10% do componente Familiar; que possui o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês a cada família, totalizadas em 6.325 famílias atendidas em todas as unidades de conservação.

Conforme este relatório o orçamento anual em 2008, para projetos que visam o fomento da produção sustentável, foi de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Assim, os investimentos feitos ao longo do ano de 2008 com os recursos do Componente

Social foram destinados para: escolas, transporte emergencial rápido (ambulanchas) e rádio de comunicação.

No Relatório de Gestão 2009 foram destinadas as famílias beneficiadas um total de R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), para todas as unidades de conservação. Na RESEX Catuá-Ipixuna este valor foi totalizado em R\$127.800,00 (cento e vinte e sete mil e oitocentos reais) pagos as famílias durante o ano. O total de famílias cadastradas foi de 221, apesar de apenas 213 famílias serem beneficiadas nesta reserva.

Nos demais componentes a despesa do Programa foi de R\$ 78.050,00 (setenta e oito mil e cinquenta reais) para o Componente Renda; de R\$ 78.050,00 (setenta e oito mil e cinquenta reais) para o Componente Social e R\$ 52.565,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais) para o Componente Associação, no ano de 2008 nesta RESEX.

Este recurso é administrado pela própria FAS, que compra os equipamentos para as comunidades de acordo com uma consulta prévia sobre como deve ser investido cada recurso. No caso da RESEX Catuá-Ipixuna os investimentos tiveram a soma de R\$ 208.665,00 (duzentos e oito mil e seiscentos e sessenta e cinco reais) para a RESEX em 2008, foram determinados os seguintes equipamentos: radiofonia; aparelho de pressão arterial; kit associação (computador, impressora, kit energia solar, lancha e material de escritório); material de construção para construção de uma escola; ambulanchas; reforma de um flutuante e aquisição de outro.

Destes equipamentos o flutuante reformado referido é a base de apoio do CEUC/SDS, localizado no Lago do Catuá, dentro da RESEX. O outro flutuante adquirido é utilizado pelo coordenador regional da FAS, localizado na sede do município de Tefé. Entretanto, no momento da pesquisa de campo o flutuante do CEUC estava bastante degradado, fechado e sem utilização; o flutuante de responsabilidade da FAS também estava fechado e conforme os moradores, o responsável alega sempre viajar para Manaus a serviço da FAS.

Dos rádios instalados na RESEX, um ficou para as comunidades do Lago do Ipixuna e o outro para o Lago do Catuá, instalado na comunidade Bela Conquista. O outro aparelho foi instalado no flutuante da FAS, dificultando a comunicação, pois conforme afirmado, o responsável dificilmente permanece no local.

Quanto ao ano de 2010, o Relatório de Gestão do referido ano publicado pela FAS apresenta que a progressão de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família cresceu de 4.969 em 2008, para 6.325 famílias em 2009 e alcançou 7.225 famílias em 2010. Então, o alcance de investimentos total do Programa chegou a mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no Componente Familiar em 2010.

Especificamente na RESEX Catuá-Ipixuna os investimentos do Programa em 2009 foram de R\$ 127.700,00 (cento e vinte e sete mil e setecentos reais) no componente Familiar; R\$ 51.718,96 (cinquenta e um mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e seis centavos) no componente Renda; R\$ 33.364,63 (trinta e três mil e trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos) no componente Social e no componente Associação R\$ 39.626,64 (trinta e nove mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos). O total de investimentos na RESEX foi de R\$ 252.410,23 (duzentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e dez reais e vinte e três centavos).

Entretanto, destaca-se que permaneceu a mesma quantidade de famílias beneficiárias e que no Relatório de Gestão de 2010 sobre os investimentos são apresentados os mesmos itens que no relatório 2009 para a RESEX Catuá-Ipixuna.

Quanto aos programas de apoio ao Programa Bolsa Floresta, são declarados o Programa de Apoio em Saúde e Educação; Programa de Apoio à Fiscalização e Monitoramento; Programa de Apoio à Produção Sustentável; Programa de Apoio à Gestão de Unidades de Conservação e, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico.

Estes programas são realizados em parceria com outras Secretarias de Estado, porém, não foram identificadas para a RESEX Catuá-Ipixuna ações específicas nos Relatórios de Gestão da FAS. A este respeito os moradores relataram que:

Teve agora boas práticas da castanha, da farinha, fazer farinha, como trabalhar. Agora acesso à saúde, educação, não foi feito. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] já foi dado até curso de boas práticas da farinha, como trabalhar com a farinha. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Reuniões, cursos. Às vezes eles promovem cursos para falar do programa. Esse ano tinha alguns outros cursos programados de artesanato para desenvolver, mas ainda não desenvolveram nenhum não. Tem no programa deles. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Sobre os serviços disponíveis na unidade de conservação, como saúde e assistência, afirmaram que na RESEX:

Até agora não pela FAS. O Estado já veio aqui pelo barco PAI. Depois veio o Exército, mas pela FAS mesmo não. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Nunca recebemos uma equipe de saúde que foi encaminhada pela FAS, por que quando recebe equipe de saúde é da prefeitura de Tefé. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Com base nas informações contidas nestes relatórios, foi questionado aos moradores sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Bolsa Floresta na RESEX. Então, responderam que:

[...] Já ajudaram com radiofonia, balieira, não só aqui na comunidade. (Moradora A, Pesquisa de Campo, 2011).

Depois das oficinas foi dito também que a associação teria 10% do valor de cada cartão. Então tem o Bolsa Associação, social e o outro. Com esse valor é feito alguns pedidos de compra. A associação comprou rádio, balieira. Daí eles vieram aqui para entregar e só. Vieram apresentar uma lei de como é para usar os equipamentos. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

A escola ainda não foi concluída. A FAS que fez licitação e comprou o material para a construção da escola. Infelizmente a construção era por conta da Prefeitura e não foi executado. Já estragou o material comprado pela FAS, por exemplo, cimento que estragou. [...] Tem radiofonia [...] vieram trazer a máquina de bater açaí e não teve treinamento e vieram simplesmente deixar e fazer um regimento de uso da máquina. A máquina é dessa comunidade. Foi pedido uma máquina de açaí e um motor de cortar capim. Ainda não chegou. [...] Cada comunidade pediu o que era de mais necessidade. [...] Não tem a ambulancha da FAS. Foi destinado para outras comunidades, do dinheiro de 2008 para as ambulanchas [...]. (Moradora E, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] A gente já conseguiu balieira s.o.s. para algumas comunidades, [...]. A gente ficou mais inteirada com esse negócio de preservação. [...] maquina de bater açaí, parceria com a prefeitura para a construção da escola, em planejamento a cozinha comunitária [...]. (Moradora F, Pesquisa de Campo, 2011).

Dos bens adquiridos pela RESEX com o recurso do Programa até o ano de 2011, a situação mais crítica se refere à construção da escola comunitária a ser destinada a comunidade Bela Conquista. De acordo com os moradores, a FAS repassou o material de construção, para que os moradores construíssem a escola, com parceria de recursos da Prefeitura de Tefé, para que fosse construída em alvenaria.

Devido à mudança de gestão (prefeito) no município o comprometimento com a construção da escola não foi cumprido. A demora de um posicionamento do novo gestor comprometeu o material de construção que se estragou, impossibilitando a construção da escola. Conforme informado pelos moradores, o investimento do Programa foi de R\$ 30 mil (trinta mil reais) do Componente Social.



Figura 06: Estrutura da escola da comunidade Bela Conquista em construção  
Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

Enquanto não se resolve esta situação, os jovens e as crianças permanecem estudando no centro comunitário da comunidade ou na sala de aula instalada na Igreja. A Fundação não mediou o impasse causado pela prefeitura junto aos moradores, demonstrando uma relação contraditória quanto à disponibilização de bens e serviços.

Contraditória, pois, quando foram entregues os equipamentos como o rádio ou a máquina de bater açaí, os moradores foram obrigados a assinar um termo de responsabilidade sobre o uso dos bens, pelo Programa Bolsa Floresta. Entretanto, um serviço de grande importância para a comunidade, ainda não é bem sucedido mediante os conflitos de gestão pública, em que não há uma instância que se responsabilize.

Os moradores relatam a forte presença do Chefe de Unidade da RESEX, que é funcionário do CEUC/SDS, enquanto parceiro e, sobretudo, pela sua especificidade no seu trabalho. O mesmo também é morador da RESEX e da comunidade Bela Conquista, facilitando o acesso de informações quanto aos interesses dos moradores.

[...] O chefe da reserva sempre está presente, porque é família também. [...] ajudou foi colocarem um gestor que é da comunidade está presente e conhece a realidade, mudou para melhor [...]. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Tal situação demonstra a necessidade do Estado reconhecer o poder de representação e organização dos moradores das unidades de conservação.

Mediante a proximidade da relação com o Chefe de Unidade da RESEX, os moradores reclamam que o rádio disponibilizado pelo recurso do Programa Bolsa Floresta, deveria ser instalado no escritório local do CEUC em Tefé e não no flutuante/escritório da FAS. Visto

que as denúncias e ocorrências ambientais na reserva devem ser dirigidas ao CEUC/SDS e/ou IPAAM.

Além disto, também reclamaram que o responsável local da FAS sempre está ausente quando necessitam se comunicar.

[...] a gente tem agora a facilidade de falar diariamente com o pessoal do Ipixuna se quiser. Mas o rádio está em local impróprio, o lá de Tefé está no flutuante da FAS, a gente precisa muito mais falar com o gestor do CEUC. E aí para falar com ele precisa mandar recado. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

No contexto de desenvolvimento do Programa Bolsa Floresta, em termos de qualificação da transparência na prestação de contas, os Relatórios de Gestão da FAS não demonstraram clareza quanto às ações em cada unidade de conservação, fazendo pouca referência a RESEX Catuá-Ipixuna. Não apresentaram o valor exato de cada bem adquirido e como se processa a compra deste bem, nos referidos relatórios que são de interesse público.

A publicização das ações governamentais é prevista em lei, entende-se que os relatórios, enquanto iniciativa governamental, especificamente da FAS, resguarda esta premissa legal. Entretanto, o que se pode inferir é que esta publicização deve ser adequada aos interesses da sociedade, com vistas a um processo transparente e democrático, com um detalhamento minucioso das ações empreendidas pelo Programa.

Pode-se constatar que esta premissa não é utilizada de forma adequada pelos Relatórios de Gestão, posto que, não são apresentados os valores e quantidades exatas dos bens e serviços adquiridos pelas unidades de conservação. Um exemplo seria a disponibilização das notas fiscais destas aquisições, bem como deixar claro nos relatórios que as ações publicadas em um ano são resultados do ano anterior.

Os moradores reconheceram a falta de transparência no processo de prestação de contas, tanto que afirmaram:

[...] Acho que é pouco o que é colocado para dentro da unidade. Então aqui na Reserva Catuá-Ipixuna o que a gente recebe aqui é pouco pelo valor que o pessoal lá fora dá. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Acho que é um programa bom que poderia ser desenvolvido de uma forma melhor pelo tanto de recurso que tem. Nem sempre essas coisas são bem administradas. O que faz esse ano é para ser executado no outro ano e daí por diante [...]. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Talvez a gente esteja recebendo uma pequena parte do dinheiro que vem para a unidade. Mas por enquanto é isso, o objetivo que eles colocam é esse, para que

possa ter uma conscientização, a diminuir o desmatamento[...]. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

A respeito das ações empreendidas pelo Programa na RESEX, devem-se compreender as reais necessidades dos beneficiários. Assim, realizar ações adequadas, pois, apesar da realização de consulta prévia para a alocação dos recursos, a decisão final é imposta pela FAS. Igualmente, deve-se buscar inserir no âmbito da execução/gestão do Programa, pessoas que realmente possam permanecer no acompanhamento e monitoramento local, proporcionando aos moradores, maior acessibilidade ao Programa.

Aponta-se como característica do Programa o estreitamento da relação do Estado com as comunidades locais, pois, tem proporcionado o acesso a bens e serviços previstos no Plano de Gestão da RESEX, bem como do que é atribuído às propostas do modelo de unidade de conservação que é o de Reserva Extrativista.

Conforme se pode observar na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as Reservas Extrativistas devem ser organizadas a partir do plano de gestão, o qual deve dispor sobre o uso sustentável da área, bem como, a disponibilização e acesso às políticas públicas, que devem ter caráter específico para a população residente na RESEX.

Neste sentido, o Plano de Gestão da RESEX Catuá-Ipixuna que prevê apoiar o desenvolvimento e gestão da unidade, é um documento criado para nortear a gestão da RESEX, que foi construído em parceria com os moradores locais, constituindo-se em um processo democrático.

Este processo favoreceu o acesso a bens e serviços públicos por meio da proposta do Programa Bolsa Floresta dentro das unidades de conservação, que culminou na centralização da Política Ambiental do Estado do Amazonas.

Nestas configurações, a inserção deste Programa viabilizou ao Estado dar andamento nas ações previstas no Plano de Gestão, mas ainda não contribui em sua totalidade. Reconhece-se uma controvérsia nesta forma de gestão da Política Ambiental do Estado, pois, relega a uma política de governo, que não tem caráter permanente, a responsabilidade de efetivar estas ações.

No Plano de Gestão são previstos a articulação de parcerias institucionais, com as demais Secretarias de Estado para a efetivação do acesso a bens e serviços aos moradores e para o resguardo da floresta. São as mesmas parcerias previstas pelo Programa Bolsa Floresta, sendo uma sobreposição das propostas e objetivos do referido Plano, bem como, duas fontes



de captação de recursos financeiros, para execução das atividades na RESEX, pois, são recursos distintos da FAZ e da SDS.

Nos termos de Silva (2010), observa-se um hibridismo nas relações entre o público e o privado, entre o estatal e o privado de interesse público, no âmbito da proposta do Programa Bolsa Floresta, quando se refere à relação que envolve a FAZ e o Governo do Estado do Amazonas, por meio das secretarias e dos recursos.

Esta estratégia está amparada pela legislação brasileira, tanto pela Lei de Licitações, no caso da aquisição de bens pelo Programa, como pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à transparência das ações. Tal situação agrava a relação das políticas públicas com o mercado, pois desobriga outras formas de estratégias na concretização do processo.

Com base no quadro apresentado, pode-se compreender que a estratégia adotada pelo Estado restringe a garantia e acesso de direitos aos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna quando da não obrigação por parte do Programa em fomentar de forma coerente a efetividade e transparência de todo o processo de execução.

Para prosseguir a análise proposta neste estudo se apresenta no próximo capítulo uma análise das determinações nas relações de produção e reprodução e das formas de organização política e social na RESEX Catuá-Ipixuna, especificamente, a Comunidade Bela Conquista a partir da inserção do Programa Bolsa Floresta.

### CAPÍTULO III

#### **A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NA AMAZÔNIA E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NA RESEX CATUÁ-IPIXUNA.**

O caminhar da pesquisa possibilitou constatar as condições apresentadas no Capítulo anterior quanto à inserção do Programa Bolsa Floresta na RESEX Catuá-Ipixuna. Deste modo, identificou-se o processo sócio-histórico, a caracterização socioeconômica e as ações desenvolvidas pelo Programa nesta Unidade de Conservação, a partir da análise de documentos oficiais e da pesquisa de campo realizada com os moradores da Comunidade Bela Conquista.

O exame apresentado anteriormente subsidia uma reflexão crítica sobre as determinações do acesso a bens e serviços públicos aos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna disponibilizados pelas estratégias adotadas pelo Governo do Estado do Amazonas para dar respostas às demandas locais e conjugar a conservação ambiental.

Com o objetivo de completar o exame realizado neste estudo, este Capítulo está dividido em dois tópicos: o primeiro tratará da relação homem-natureza e o reconhecimento das populações tradicionais da Amazônia no processo de conservação ambiental, com base em uma análise histórico-crítica sobre a relação homem-natureza e o processo de trabalho, para fundamentar as relações existentes entre os moradores da RESEX Catuá-Ipixuna.

O segundo apresentará com as relações de produção e reprodução na RESEX Catuá-Ipixuna e a organização social para a conservação dos recursos. Também se mostrará as formas de organização presentes na RESEX Catuá-Ipixuna, especificamente, na Comunidade Bela Conquista, relacionadas com a Associação Agroextrativista e com o Programa Bolsa Floresta, no intuito de compreender que a participação social preconizada pelo Programa é subsidiária a um processo pré-existente.

#### **3.1 A relação “homem-natureza” e as populações tradicionais na Amazônia.**

A relação homem-natureza é demarcada pela própria história dos homens em sua organização social e pelas suas formas de sobrevivência. Têm-se na constituição das relações da sociedade moderna um aprofundamento das estratégias de sobrevivência, pautadas em

condições desiguais entre os homens, a partir da privatização e modernização dos meios de produção, fundamentais para a reprodução humana.

Nestas condições de desigualdade entre os homens é imperativa a venda de sua força de trabalho para adquirir os meios necessários para sua existência. Destas novas formas de relação entre os homens, intensifica-se o modo como é apropriada a natureza, sem mensurar nas conseqüências geradas por esta relação.

A relação do homem com a natureza é inerente à sua própria condição de vida, entende-se que esta relação é demarcada pelas formas de apropriação da natureza que o homem passa a desempenhar ao longo de sua história, mediante a demarcação do espaço e do uso para sua existência.

A análise de Marx (1987, p. 202) sobre o processo de trabalho compreende a relação homem-natureza. O homem, que com sua própria ação impulsiona, regula e controla suas trocas materiais com a natureza, atribuindo aos seus recursos utilidade à vida humana. Nesta relação o homem modifica a natureza ao passo em que se modifica, imprime conscientemente transformações, diferenciando-se dos demais animais, em que os meios naturais constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza.

As formas de apropriação dos meios de trabalho (recursos da natureza) distinguem as diferentes épocas econômicas, mensurando-se desta forma, o desenvolvimento da força humana de trabalho, além de indicar as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 1987). Pode-se considerar que o processo de apropriação dos recursos favorece a existência humana, o qual se acirra na dinâmica da sociedade capitalista que atribui à natureza um “valor-de-troca<sup>11</sup>”.

Ao analisar esta relação, Engels (1979) entende que a natureza fornece a matéria que o trabalho (do homem) transforma em riqueza, sendo condição fundamental de toda a vida humana. Ao passo em que o homem,

[...] quanto mais se afasta da animalidade<sup>12</sup>, tanto mais sua influência sobre a natureza ambiente adquire o caráter de uma ação prevista, que se desenvolve segundo um plano, dirigida no sentido de objetivos antecipadamente conhecidos e determinados. O animal destrói a vegetação de uma certa região, sem saber o que está fazendo. O homem a destrói para semear grãos no terreno assim limpo [...] modificando assim a vegetação de continentes inteiros [...]. (ENGELS, 1979, p. 222).

---

<sup>11</sup> Para aprofundamento sobre o conceito de valor-de-troca, ver Marx (1987), em sua análise sobre a economia política e o sistema capitalista.

<sup>12</sup> Engels (1979, p. 215-226) atribui este termo mediante a lógica da teoria evolutiva de Darwin.

Este autor denuncia a ação planejada do homem sobre a natureza, que não mensura, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, os agravos que tais ações podem repercutir sobre os recursos da natureza. Portanto o homem, não conta com a represália advinda da natureza, mediante as conseqüências das ações empreendidas sobre esta (ENGELS, 1979).

Entende-se que esta relação toma configurações diferenciadas em tempo e espaço. Enquanto *locus* deste estudo, a Amazônia, apresenta ambiente físico e humano, envolvendo aspectos políticos, sociais e históricos no seu processo de povoamento, que incorporam a relação homem-natureza de forma peculiar devido a sua dinâmica territorial.

Mediante a região amazônica sempre ter despertado diversos interesses, principalmente, comerciais em face da abundância de recursos existentes, desde a colonização. A região foi submetida a uma condição de exploração do seu território, dos conhecimentos e da mão-de-obra local.

Nos anos recentes, a região passou a ser alvo das preocupações sobre o rápido desmatamento e degradação dos seus recursos, resultando no processo descrito no Capítulo I deste trabalho, que culminou na criação de unidades de conservação, para a conservação dos recursos naturais.

A relação específica do homem amazônico com a natureza foi desprezada em um primeiro momento e, posteriormente seus conhecimentos e sua forma de se relacionar com a natureza (considerada tradicional) foram reconhecidos frente aos organismos internacionais, tendo relevância na formulação de políticas públicas de controle do território amazônico e para a conservação da biodiversidade (DIEGUES, 2004).

Esta situação de reconhecimento da existência de “estilos de vida tradicionais”, no âmbito do conservacionismo internacional, se justificou na conjuntura da inclusão oficial do princípio do zoneamento à determinação das áreas protegidas e da emergência das preocupações em relacionar conservação da biodiversidade, com o desenvolvimento econômico e com a escala local na gestão dessas áreas. (BARRETO FILHO, 2006).

Considera-se que existe uma mudança relevante no papel atribuído às comunidades tradicionais no processo de conservação da biodiversidade. No princípio da instauração das unidades de conservação (principal estratégia de conservação) a população era responsabilizada pela degradação do ambiente. Nas propostas recentes de conservação, com os novos dispositivos legais em vigor, a exemplo do Programa Bolsa Floresta, a população passa a ter um papel central na manutenção desses espaços.

Esta conjuntura se insere no contexto analisado por Castro (1997), quando afirma que:

[...] Reconhecem-se esses saberes e as formas de manejo a eles pertinentes como fundamentais na preservação da biodiversidade. Tornou-se extremamente importante para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural. (CASTRO, 1997, p.221).

As comunidades tradicionais<sup>13</sup>, no contexto do Programa Bolsa Floresta, são consideradas agentes centrais no processo de conservação da natureza. Deve-se reconhecer que a aplicação dos dispositivos legais pertinentes, pode gerar mudanças nos modos de vida específicos e desconsiderar a heterogeneidade dos diversos povos, ao impor novas formas de apropriação dos recursos naturais e relações contratuais.

Ressalta-se que mesmo a caracterização por base científica destas comunidades como tradicionais, dois pontos são relevantes: o pertencimento, o reconhecer-se como pertencente a um grupo social específico e a atribuição usual no âmbito da legislação e das políticas públicas que dão atenção as especificidades das comunidades que vivem com base neste modo de reprodução social.

Deste modo, os moradores das comunidades tradicionais não devem ser compreendidos somente como os “guardiões da floresta”, restringindo-se ao que preconiza o discurso oficial. Deve-se ter clareza do processo de construção do termo em questão, reconhecendo a sua dinâmica no movimento da realidade.

Entende-se que a relação com o trabalho no contexto das comunidades tradicionais, está permeada de aspectos visíveis e invisíveis, transcendendo a realidade simplesmente econômica. Para Castro (1997), nas sociedades consideradas como “tradicionais”, no âmbito dos grupos agro-extrativos, o trabalho apresenta diversas dimensões, reunindo elementos técnicos, mágicos, rituais e simbólicos. A relação homem-natureza extrapola a dimensão do privado, sendo os recursos patrimônio de todos e, o esforço desperdiçado no processo de trabalho é organizado em função da acessibilidade aos recursos.

Nestas configurações, Diegues (2004) afirma que muitas comunidades tradicionais:

[...] ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizado parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista. (DIEGUES, 2004, p. 79).

---

<sup>13</sup> Para uma compreensão sobre o termo “povos e comunidades tradicionais” ver Almeida (2005).

No âmbito da RESEX Catuá-Ipixuna, observou-se que os moradores possuem uma relação intrínseca com a natureza. Esta relação é evidenciada nas formas de trabalho, nas formas de se relacionar com os demais moradores, enquanto um projeto comum: a conservação dos recursos da natureza, os quais são a fonte de reprodução destes moradores.

Diante disto, percebe-se que os moradores compreendem a restrição do uso do espaço da reserva como fundamental para a continuidade do processo de reprodução social. Tanto que, Ao serem questionados sobre mudanças ocorridas nas formas de trabalho com a implantação da RESEX afirmaram que:

[...] Na atividade nos trabalhos não. Por que a reserva nunca proibiu de fazer isso ou aquilo. A situação que o planeta se encontra ninguém pode mais fazer desmatamento, mas aqui na comunidade ninguém teve esse costume. [...] Em muitas comunidades aqui dentro do lago tinham o hábito de desmatar áreas grandes. Com o programa para essas comunidades teve impacto sim, mas para a gente não. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Trabalhei tirando castanha. Parei porque depois que foi criada a reserva, o pessoal começava a invadir, já tinha passado alguém e extraído na área. Quando não era reserva eu só trabalha em mata virgem. Então eu parei, fiquei trabalhando só em área de capoeira. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Não tem muita diferença, nem dificuldade de trabalhar. A gente que já tinha o costume de trabalhar de um jeito muda um pouco, mas nada que foi mais difícil. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Acho que a forma de a gente trabalhar continua a mesma [...]. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

Já percebi algumas mudanças que facilitaram. Tem algumas pessoas que reclamam. Agora não pode mais desmatar muito. Só que a gente nunca trabalhou com muito desmatamento, com muita agricultura. E uma pessoa só não faz tanto desmatamento. Mas muita coisa a gente já percebeu que melhorou muita coisa, com a criação da unidade de conservação facilitou muita coisa. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Antes uma família derrubava de quatro a seis hectares. Roçava e derrubava, mas na hora de plantar estragava a área. Agora não, todo mundo planta dois hectares e dá para sobreviver. Hoje a gente vê mais pouco peixe e se não tivesse a reserva era cada um para si e todos estão cuidando. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Como se pode observar nos depoimentos acima, as restrições do uso do território são compreendidas como positivas pelos moradores, mediante o resguardo daqueles de exploram e degradam o ambiente.

Outra mudança fundamental foi intensificação das formas de organização comunitária para a manutenção dos recursos de uso comum, bem como o empreendimento de ações coletivas no espaço da comunidade, fortalecidas a partir da organização dos moradores para a criação da RESEX.



Figura 07: Organização dos moradores para instalar os postes e rede de fiação elétrica na comunidade.

Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

Mediante a realidade vivenciada por estes moradores, questionou-se sobre o que entendiam sobre desenvolvimento sustentável, em virtude de ser um tema recorrente nas conversas, reuniões e encontros comunitários de interesse da RESEX junto às instituições que estão presentes na área. Então responderam:

Eu não entendo muita coisa. Mas desenvolvimento sustentável é fazer algo dentro da floresta sem danificar, é tirar da natureza sem danificar para todo tempo ter. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

A gente se organiza para desenvolver, para mais adiante tem um sustento. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Acho que é saber cuidar dos recursos naturais. Cuidar de uma forma não para explorar. Aqui na nossa comunidade não vende peixe, não vende madeira, simplesmente para sobreviver. Acho que o desenvolvimento sustentável é isso é saber cuidar pelos recursos. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Acho que desenvolvimento sustentável é um modo da pessoa se organizar para ter recursos para a família. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Nesta perspectiva, é presente não somente no discurso dos moradores, mas também nas ações empreendidas por estes, o conceito apropriado dos agentes governamentais de desenvolvimento sustentável. Pode-se exemplificar que uma das ações realizadas pelo

CEUC/SDS em parceria com a escola municipal da comunidade Bela Conquista, foi a Semana do Meio Ambiente, ocorrida em 2011, no momento da pesquisa de campo, com uma atividade com as crianças, que estudam na escola e os pais, sobre a importância da conservação ambiental.



Figura 08: Escola municipal da comunidade Bela Conquista – Semana do Meio Ambiente.

Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

Ressalta-se também, o incentivo à prática do extrativismo por parte dos órgãos governamentais que trabalham na gestão da RESEX, passando a ser um ponto de mudança nas práticas de trabalho, que é realizada conforme os períodos de coleta de alguns produtos apenas.

Do mesmo modo, os moradores alegaram sobre as mudanças ocorridas com a inserção do Programa Bolsa Floresta que:

[...] Então acho assim que melhorou um pouco, mas o que vem sendo feito melhorou para as comunidades. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Não, continuou a mesma situação. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Achei que logo no início que foi implantado no programa. As pessoas começaram a ficar animadas quando ganharam os cinquenta reais, se animaram a pagar a associação. As pessoas passaram a participar mais, para conhecer o funcionamento do programa. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Eu não vejo assim nada de concreto que tenha mudado com a implantação do programa. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).



Pode-se compreender que mesmo com a inserção do Programa Bolsa Floresta e os incentivos provenientes deste, as práticas apropriadas pelos moradores antecedem a sua inserção, por isto, não haver um reconhecimento concreto de mudanças. Assim, conforme afirmado no Capítulo II deste trabalho, o Programa realizou ações de informação sobre a conservação, porém não no sentido de incentivar novas práticas de trabalho.

### **3.2 As relações de produção e reprodução na RESEX Catuá-Ipixuna e a organização social para a conservação dos recursos.**

Na análise da relação de produção e reprodução dos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna, recorre-se à crítica marxista sobre o processo de trabalho na sociedade capitalista, pois, as comunidades ditas tradicionais, adentraram no universo das relações econômicas ao passo em que recebem uma remuneração para conservarem a natureza.

Convém resgatar que as relações de produção e reprodução presentes na RESEX Catuá-Ipixuna, estão permeadas tanto pela lógica capitalista, na aquisição de bens que não produzem, como pela apropriação da natureza. É possível afirmar que são criadas condições para que a produção se repita sem se separar da reprodução, enquanto esferas autônomas dentro do modo capitalista de produção (Granemman, 2009).

Compreende-se que as relações de produção e reprodução englobam as formas de organização social que uma determinada sociedade ou comunidade pode alcançar. Em Marx a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, englobando a reprodução da vida material e do modo de produção. Inclui-se neste processo a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social que o homem determina na vida social (Yazbek, 2009).

Para Marx (2008) os homens entram em relações determinadas, independentemente de sua vontade, condicionando o processo de vida social, política e intelectual. Portanto, na sociedade capitalista, as relações de produção burguesas são:

[...] a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. [...] (MARX, 2008, p. 45-46).

Neste sentido, o trabalho é entendido como elemento fundante da sociabilidade humana, bem como da própria reprodução da vida, a partir da produção dos bens socialmente

necessários a cada período da história humana. Destarte, no âmbito da sociedade capitalista a ação laborativa adquire caráter de mercadoria (GRANEMANN, 2009).

Estabelece-se um contrato sobre a venda da força de trabalho entre dois sujeitos no modo de produção capitalista do seguinte modo: de um lado, está o possuidor de dinheiro, de outro lado, a força de trabalho (GRANEMANN, 2009). Contudo, neste estudo esta relação é entendida no contexto do pagamento por serviços ambientais, mercadoria paga aos moradores pelo Estado e/ou sociedade para reproduzirem sua relação com a natureza.

Neste caso, os moradores são considerados como “guardiões da floresta” implica em compreendê-los na esfera da relação do não-trabalho justificada por Castro (1997):

[...] a razão dominante em nossa sociedade de classe tem negado historicamente esse saber prático acumulado sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de realizar o trabalho sobre eles. [...] nossa sociedade moderna vê aquelas práticas tradicionais de trabalho como improdutivas. Nessa mesma perspectiva, a articulação da vida ao tempo natural é esvaziada de sentido, sendo usado inclusive o termo não-trabalho, como imagem negadora. (CASTRO, 1997, p. 227).

No âmbito da sociedade capitalista as relações sociais são convertidas em relações econômicas e até a reprodução destas comunidades é entendida como mercadoria, a ser apropriada pelo capital. A liberdade atribuída no sentido do capital passa a ser restringida pelas políticas públicas, que ao incluírem estas comunidades, relegam-lhes a responsabilidade na manutenção dos recursos naturais.

Ao analisar a relação dos moradores com o Programa, percebe-se que resta aos moradores vender sua disposição em conservar, para suprir a necessidade de consumir e possibilitar a criação de novas necessidades sociais, que alimentam o processo social de produção e o renovam constantemente. O processo social de produção está associado à reprodução da vida social, em que a produção e a reprodução da vida social são momentos diferenciados de uma mesma forma social (GRANEMANN, 2009).

A compreensão das relações de produção e reprodução no âmbito da sociedade capitalista assegura a interpretação das relações presentes na RESEX Catuá-Ipixuna, especificamente na comunidade Bela Conquista. Posto que, os moradores afirmaram que prevalecem as tradicionais práticas de trabalho resguardadas pelas formas de organização da unidade de conservação:

Trabalho na produção de farinha, juntamente com meu filho de 18 anos. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Na agricultura, a pesca só mesmo para comer. Trabalho como merendeira da escola municipal. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Trabalho com roça, farinha para venda. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

Aqui a gente não compra peixe. Quando meu marido não pesca, meus vizinhos, meus irmãos dão. Aqui ninguém compra peixe de qualidade nenhuma. A farinha a gente tem roça e meu marido faz, quando não tem a gente dá um jeito. Eu já cheguei a comprar quando ele passou um ano morando em Tefé, mas agora está bom ninguém compra farinha. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Na agricultura só a mandioca. E agora estamos com planos de trabalhar com o açaí e fizemos um curso e vamos plantar cupuaçu. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

No sentido de confirmar as relações impostas pelo uso do território, pode-se observar a relação de proximidade existente entre os moradores da comunidade, são irmãos, filhos, sobrinhos, que constituem uma organização social, além dos limites da comunidade Bela Conquista, tendo representatividade e participação em toda a RESEX, a partir das atividades realizadas pela AACI.

Deste modo, os moradores relataram que no âmbito da comunidade:

[...] a gente tem um hábito de não resolver nada sozinho. Sempre tem essas reuniões de urgência aqui. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] aqui todos são solidários. Se alguém fica doente, se tem alguém sem o que comer todo mundo come. Para fazer uma viagem para Tefé tem ajuda. Tem trabalho comunitário. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Para manter a comunidade a gente arrecada recursos para manter algumas necessidades financeiras. Precisa fazer uma viagem, a comunidade se reúne. Ou trabalho comunitário. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

Trabalho nas atividades da comunidade, nos mutirões da comunidade quando pode participar. [...] Quando tem alguma coisa que tem que comprar em benefício da comunidade, a gente faz cooperação e compra. Se vai alguém viajar em benefício da comunidade a gente que paga. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] existe vários tipos de coleta. Tem o dizimo mensal, que arrecadamos para ajudar os vizinhos. Disponibilizamos dinheiro principalmente em casos de problema de saúde. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Mediante o depoimento dos moradores, pode-se inferir que a organização comunitária não se limita aos laços sangüíneos e de parentesco, nem somente a solidariedade, também está

associada à garantia da reprodução social da comunidade e da própria RESEX. Como se verifica abaixo:

Participo, sempre que tem a necessidade a gente tá disponível para fazer. Na reserva a gente tá sempre discutindo ou concordando nas reuniões. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Participo. hoje é o dia do trabalho comunitário, toda vez eu ajudo. A participação é na reunião, no trabalho, ajudando um vizinho, um mutirão, para fazer uma farinhada, tirar uma goma. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Só quando é trabalho de fiscalização. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

Quando tem atividades na reserva, nunca perdi reunião e mutirão de trabalhos na comunidade, todos. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Festa social no mês de julho comemora o aniversário da comunidade. A comunidade bota a sua venda. Promove à venda de bebidas, comidas, bombons, etc. o dinheiro arrecadado é usado para comunidade. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Do mesmo modo, percebe-se a relação de participação dos moradores na AACI, em busca por representatividade e por informações de decisões externas, de interesse na Reserva. Assim, participam da composição da presidência ou como associados. Os moradores relataram que:

Já participei de quase todas as diretorias desde o início. Participo das reuniões porque sou sócia e gosto de participar, para tomar conhecimento das coisas. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Eu entrei na Associação Agroextrativista em 2002 e sai em 2007. [...] E toda a semana tinha reunião aqui com a gente. Eu tinha que participar, como eu era o presidente da associação eu não queria falhar. Depois eu fiquei ajudando os outros quando saí e nessa época não fazia trabalho nenhum. Ano passado que comecei a fazer roçado. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Até o momento ainda não conseguiu ir além da organização, um rendimento para os moradores ainda não. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Sempre participei das reuniões. Mas agora tem ficado meio desorganizado. Essa diretoria nem sempre passa as informações. Sempre gostei de participar, de falar, criticar. Faz prestação de contas, planejamento, visitas de comunidades que estão mais afastadas. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

A Associação também é responsável em repassar as informações do Programa Bolsa Floresta e de deliberar as demandas da RESEX a serem apresentadas para este. Pode-se verificar no relato dos moradores a relação de insatisfação quanto à atual gestão da Associação, que não realiza o repasse das informações de interesse das comunidades e que ainda não apresentou propostas concretas sobre a implantação de atividades extrativas.

É evidente que a participação dos moradores visa interesses comuns, mas ocorre também para o cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Programa Bolsa Floresta aos seus beneficiários. O compromisso que é firmado junto aos moradores requer a participação na tomada de decisões, em virtude do interesse coletivo da RESEX e principalmente, das estratégias de conservação ambiental.

Nestas configurações, reconhece-se que o processo de participação que estes moradores estão inseridos coaduna com a reflexão de Teixeira (2002), em que a participação exige determinados procedimentos e comportamentos racionais, tanto entre os atores sociais como pela demanda do Estado, que a concretiza. Este autor afirma que:

[...] Independentemente das formas de que se pode revestir, a participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir “a parte” implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder [...]. (TEIXEIRA, 2002, p. 27).

Apesar das recentes imposições por parte do Estado, que demanda a participação dos moradores, no contexto da pesquisa de campo, pôde-se constatar que o envolvimento da Comunidade Bela Conquista com as formas de participação social antecede tal condição, decorre das estratégias de reprodução que foram constituídas em seu processo histórico e social, conforme apresentado no Capítulo II deste trabalho.

Esta situação pode ser observada na conjuntura histórica de constituição da comunidade e da RESEX, em que os moradores se organizaram social e politicamente, com o apoio da Igreja Católica, com vistas à defesa das suas formas de trabalho, do território habitado e ao acesso a bens e serviços públicos.

Com o reconhecimento da demanda dos moradores pela criação da RESEX, quando se organizaram por meio da AACI, passaram a ter acesso a informações e importância como participantes no processo decisório na esfera do Estado, especificamente, nos programas vigentes na Unidade de Conservação.

Apesar da relevância na esfera da tomada de decisões e na implementação de ações, deve-se reconhecer que o papel atribuído aos moradores é permeado de contradições, pois,

não retira do Estado o caráter de determinar a decisão final de um processo e de ações destinadas à RESEX.

Refere-se às formas de aplicação dos recursos, do tempo previsto, dos níveis de participação, embutidos no campo de ação da FAS, que detêm o controle do processo de implantação de bens e serviços dentro da RESEX. Tal como justifica Carvalho (1999):

[...] Há uma clara percepção de que os atores sociais/ sujeitos coletivos presentes na arena política são co-responsáveis na implementação de decisões e respostas às necessidades sociais. Não é que o Estado perca a centralidade na gestão do social, ou deixe de ser o responsável na garantia de oferta de bens e serviços de direito dos cidadãos; o que se altera é o modo de processar esta responsabilidade. A descentralização, a participação, o fortalecimento da sociedade civil pressionam por decisões negociadas, por políticas e programas controlados por fóruns públicos não-estatais, por uma execução em parceria e, portanto, publicizada (CARVALHO, 1999, p. 25).

Nestas configurações, compreende-se que no âmbito dos serviços coletivos, implementados pelas políticas públicas, requer-se a participação do cidadão usuário, da família e da comunidade (CARVALHO, 1999). A concretização da participação dos moradores também ocorre por meio das reuniões realizadas pelos técnicos da FAS:

[...] a gente já lutava pela preservação, mas tentava preservar de forma diferente, não tínhamos conhecimento técnico, para fazer o trabalho. [...] Nas oficinas, foi muita gente, eu ajudei a fazer, a coordenar e planejar junto com o técnico. Deu muita gente e faltou técnico para fazer a oficina e me chamaram. E eu fui coordenar grupo de pessoas. E segundo eles saiu como o esperado. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Sempre quando eles vêm é através de reunião, é quando a gente participa. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] se tem reuniões a gente participa, todos os eventos que tem aqui [...] Sempre que tem reunião a gente participa. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

Na fala do Morador B, compreende-se a relação de organização que se fundamenta na comunidade Bela Conquista, em que antes da inserção do Programa Bolsa Floresta já existia uma preocupação com os recursos da natureza, bem como, com formas de reprodução específicas. Entretanto, o Programa passa a adicionar elementos e/ou conceitos, até então não conhecidos ou aprofundados pelos moradores, nas suas formas de reprodução social.

A relação de participação estabelecida com o Programa Bolsa Floresta é justificada por meio da sua proposta de gestão participativa. Nesta proposta ocorrem oficinas, que reúnem os moradores, líderes de associação e especialistas em conservação ambiental, com o

objetivo de aprimorar a implementação do Programa nas Unidades de Conservação; além de estabelecer regras para uso e manutenção dos equipamentos coletivos; avaliação e planejamento das próximas atividades e capacitação das lideranças locais para prestação de contas das aquisições comunitárias (FAS, 2010).

Para concretizar a proposta de gestão participativa junto às comunidades, o Programa Bolsa Floresta promove em seu Componente Bolsa Associação, por meio do fortalecimento da organização comunitária, empoderamento<sup>14</sup> das comunidades e o controle social do Programa, com vistas à contribuição do exercício de liderança (FAS, 2009).

Um aspecto a ser considerado quanto a todo este processo de informação que os moradores passaram a ter acesso e se relacionar a partir da criação da RESEX e da inserção do Programa Bolsa Floresta, é a compreensão do significado deste Programa para os moradores, para a sua reprodução social. Assim, asseguraram que:

Acho que assim, é um meio de preservação da floresta. O Governo do Estado está preocupado com a situação da floresta e criou esse programa para evitar mais agressão ao ambiente. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

É um programa que foi implantado no intuito de melhoria de vida para as pessoas. Que é um programa que veio com a finalidade de ajudar. É cinquenta reais, mas ajuda. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

É um programa que foi criado, por causa do desmatamento, que estavam destruindo a floresta [...]. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] era para ajudar na conservação, principalmente das florestas. A justificativa desses cinquenta reais que a gente recebe mensal era para diminuir o desmatamento, a gente sabe que uma família não vai sobreviver com cinquenta reais. Quem trabalha só na agricultura não vai deixar de plantar porque têm acesso a cinquenta reais mensais. [...] Por que antes da FAS chegar aqui a gente fazia isso, antes de ser decretada a unidade de conservação, o pessoal já tinha essa preocupação de preservar. (Morador E, Pesquisa de Campo, 2011).

[...] Querem que a gente preserve cuide da floresta. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

A preocupação com o esgotamento dos recursos é intrínseca ao modo de vida destas comunidades, a lógica capitalista presente neste Programa consolidou um agir pautado na

---

<sup>14</sup> O conceito de empoderamento apropriado pelo Programa Bolsa Floresta é proveniente da idéia defendida por Paulo Freire, em que se refere à pessoa, grupo ou instituição empoderada que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e fortalecer (FAS, 2010).

auto-responsabilização sobre a conservação da natureza. Estes moradores se sentem responsáveis pelo processo de conservação, por isto relataram que:

[...] qualquer coisa que aconteça, qualquer dano na floresta a gente é responsável. A partir do momento que foi assinado o termo de responsabilidade, todos tem a responsabilidade de cuidar da floresta. É uma responsabilidade muito grande. No mesmo instante era muito bom, por que cada um iria cuidar da floresta. E quando a gente se sente responsável por uma coisa a gente não vai querer ver aquilo sofrer. Eu me sinto responsável. Um elogio não é. O hoje o ambiente tá na situação do jeito que tá e para cima de nós que moramos nesses beiradões é que vem a responsabilidade, foram os que menos fez. A gente ainda soube cuidar. [...] Outras pessoas deveriam ter a responsabilidade de cuidar também. Acho assim que não somos só nós os responsáveis. (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Eu me sinto guardião mesmo, mas não vejo ser valorizado. Não vejo dar um valor para que a gente tenha ânimo. Eu sei que há vinte anos estava tudo diferente e se a gente não lutar por isso. Mas é só para guardar mesmo. (Morador B, Pesquisa de Campo, 2011).

Para a gente cuidar não é cinquenta reais que vai pagar. Mas a gente tem a responsabilidade mesmo sem ser pago. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

Acho que para gente é uma coisa muito boa. Somos vistos como pessoas que estão para ajudar e não para atrapalhar, sinto responsável como uma pessoa que vai tomar conta de uma coisa que vai ser em prol de muitos. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Mesmo reconhecendo o papel atribuído de “guardiões da floresta”, os moradores têm a certeza de que o valor repassado pelo Programa não é suficiente para mudanças nas práticas de trabalho, nem para o fim da degradação dos recursos naturais da região. Entretanto, assumiram o compromisso mediante aos critérios do Programa, além do reconhecimento que a conservação faz parte do seu modo de reprodução.

Deste modo almejam de forma otimista que no futuro a comunidade e a RESEX, tenham mais atenção por parte do poder público, que haja o cumprimento das propostas imputadas à região. Declararam que:

Se todo mundo cumprisse as leis as regras, daqui alguns anos tudo seria melhor do que hoje. O futuro vai ser muito melhor do que é hoje. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).

Espero que possam proporcionar mais melhorias, mais qualidade de vida. (Morador F, Pesquisa de Campo, 2011).



Nesta perspectiva, os moradores concordaram com a permanência do Programa, no sentido de que possa auxiliar, no processo de reprodução das comunidades da RESEX, haja vista, que reconheceram ser relevante a sua contribuição para a conservação, mesmo que tenham de se submeter às responsabilidades demandadas por este. Assim, relataram que:

[...] acho que o programa tem ajudado bastante. [...] (Morador A, Pesquisa de Campo, 2011).

Acho que para viver do jeito que a gente vive não precisa ninguém vir aqui ensinar, mas ajuda. (Morador C, Pesquisa de Campo, 2011).

O programa se instalou aqui porque todos aceitaram. Mas a gente não quer que ele saia. (Morador D, Pesquisa de Campo, 2011).

O fato de aceitarem a presença do Programa Bolsa Floresta na RESEX, não exime a percepção crítica destes moradores ao reconhecerem as fragilidades e a necessidade de melhorias na forma como é direcionado para a Unidade de Conservação.

A concretização, mesmo que residual, de ações políticas dentro da RESEX é fruto do contexto histórico de luta e de participação destes moradores, que de acordo com os depoimentos acima transcritos, também sabem como se relacionar com a natureza.

Se o processo de produção e reprodução por eles executado atualmente é organizado como tal, advém das práticas tradicionais de trabalho, da percepção da relevância da relação com a natureza e das recentes informações sobre da importância da conservação. Percebe-se que ainda não constituem um processo autônomo de organização social frente às possibilidades de geração de renda dentro da RESEX, relegando os seus rendimentos aos benefícios pagos pelo Estado.

Os rendimentos provenientes dos benefícios sociais garantem a reprodução dos moradores e determina a dependência frente às decisões do Estado, que de modo geral, pouco tem realizado para melhorar as condições de reprodução social, quando se compara o quadro de ações reconhecidas na comunidade.

Outro aspecto a ser destacado se refere os momentos específicos em que a participação da população passa a ser requisitada estrategicamente pelo Estado, que no caso dos moradores das Unidades de Conservação condiz com a contribuição no processo de conservação. Entretanto, o Estado deve garantir agentes capacitados e legitimados para as diferentes funções, comprometendo-se pelos resultados alcançados ou não (TEIXEIRA, 2002).

Relegar aos moradores o caráter de conservar, fiscalizar e denunciar as condições específicas de degradação e exploração dos recursos reduz o papel atribuído aos agentes públicos (IPAAM ou IBAMA), como se pode exemplificar o incentivo dado aos moradores para serem agentes ambientais voluntários.

Os moradores fiscalizam os crimes ambientais no âmbito da Reserva, de forma voluntária, sem nenhuma remuneração, por conseguinte correm risco de morte e sofrem ameaças de invasores, que adentram a área da reserva para pesca comercial e extração de madeira de forma ilegal.

Como se pode observar na Figura 09, os moradores da comunidade Bela Conquista, acompanhados por moradores de outras comunidades e do Chefe da Unidade de Conservação retornando de uma atividade de fiscalização ambiental, após uma denúncia de pesca ilegal na área da RESEX Catuá-Ipixuna.



Figura 09: Fiscalização ambiental realizada pelos moradores.  
Fonte: Andrade, pesquisa de campo 2011.

Pode-se questionar a intervenção do Estado no resguardo da segurança destes moradores, que praticam ações de fiscalização, somente com o acompanhamento do Chefe de Unidade do CEUC, sem preparo para eventuais confrontos armados que possam ser ensejados. Os moradores aceitam os riscos do papel a eles atribuído enquanto “guardiões da floresta”, que distancia a presença da fiscalização dos agentes públicos.

No conjunto das ações empreendidas pelo Estado na RESEX Catuá-Ipixuna, entende-se que outras possibilidades de investimentos sociais devem ser garantidas para concretizar melhores condições de reprodução social a estes moradores. Posto que, é imperativo ao Estado:

[...] gestionar a *res publica*, devendo ele, no entanto, proceder de acordo com o atual estágio de desenvolvimento da democracia, visualizando a construção de um futuro que se caracterize pela ampliação e consolidação de um Estado de direito que compreenda o maior leque possível de direitos (WILHEIM, 1999, p. 51).

Deve-se resgatar que no contexto recente, o Estado não consegue dar respostas às demandas da sociedade, tal como devem ser efetivadas, sobretudo aos segmentos populacionais mais empobrecidos e discriminados, a exemplo dos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna.

Deste modo, os moradores da RESEX Catuá-Ipixuna passaram a congregar o universo de novos atores sociais e políticos que além de lutarem pelo acesso a políticas, passaram a ser reconhecidos como sujeitos na construção e efetivação de direitos e de uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado (TEIXEIRA, 2002).

Mediante o quadro apresentado neste Capítulo, compreende-se que o contexto de participação social e política que estes moradores se inseriram, transcenderam suas formas consideradas tradicionais de reprodução, por meio da busca de mecanismos que resguardem suas formas de produção e reprodução social no âmbito da sociedade capitalista e das relações com o Estado frente à consolidação de recursos para a conservação ambiental. Portanto, para garantirem sua reprodução se submetem as condicionalidades e estratégias específicas presentes no pagamento por serviços ambientais, a exemplo do Programa Bolsa Floresta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise objetivada neste estudo considerou as relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista na Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna a partir da inserção do Programa Bolsa Floresta, enquanto pagamento por serviços ambientais. É relevante a relação desta comunidade com a natureza mediante as imposições do ecossistema amazônico, para sua sobrevivência. Entende-se que os aspectos evidenciados elevam o horizonte de conhecimentos acerca das peculiaridades das populações da Amazônia.

Desta forma, as relações sociais de produção e reprodução existentes na RESEX Catuá-Ipixuna, aqui compreendidas sobre a partir de uma análise histórico-crítica, estão integradas com a natureza, pois, as comunidades se reproduzem por meio de atividades de subsistência como a pesca e a agricultura, além de atividades como a pecuária e serviços públicos.

Especificamente na comunidade Bela Conquista, observou-se que na organização comunitária existe uma forte relação entre os moradores por meio do vínculo familiar, na busca pela garantia das formas de reprodução social, que são desenvolvidas por meio de atividades coletivas. Os moradores convivem em um espaço de ajuda mútua, permeado pelo simbólico, religioso, mítico e o tradicional (DIEGUES, 2004).

A singularidade destas relações sociais evidenciadas na comunidade Bela Conquista, justificam os interesses externos em detrimento da conservação do território habitado por estes moradores. As formas de reprodução social que são peculiares a estes moradores, passaram a ser reconhecidas como fundamentais ao processo de conservação dos recursos naturais (CASTRO, 1997), mediante ao contexto de “crise ambiental”.

A organização social que foi constituída no âmbito desta comunidade e da RESEX, objetiva a representatividade dos moradores, frente às demandas direcionadas ao Estado. Esta organização se salienta pelo processo de requisição da criação da Unidade de Conservação, bem como pela participação social nas decisões políticas dentro da RESEX: na elaboração do Plano de Gestão; nas atividades desenvolvidas pelos Programas governamentais e na requisição de bens e serviços públicos.

As diversas formas de participação social que os moradores passaram a exercer se adéqua à análise de Teixeira (2002), quando estes moradores passaram a se inserir nas recentes estratégias incentivadas pelo Estado, em detrimento da premissa neoliberal. Porém,

deve-se reconhecer que ao passo em que as estratégias de participação social congregam os interesses do capital, também, ampliam o processo democrático que é devido aos moradores.

Nesta perspectiva, as comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna estão inseridas num processo em que as determinações do sistema capitalista, sobre as estratégias atuais de conservação dos recursos da natureza, relacionam-se aos interesses das grandes nações capitalistas em dar continuidade ao seu processo exploratório e de acúmulo de capitais (LEFF, 2009).

As estratégias de conservação ambiental desenvolvidas em esfera global apresentam contradições no âmbito das deliberações dos acordos internacionais, pois, não estão adequadas aos contextos locais e, principalmente, excluem a participação das populações locais no processo decisório, ratificando a dependência econômica destas populações.

No contexto das recentes propostas de concretizar a conservação ambiental, tem-se no Programa Bolsa Floresta uma iniciativa no Brasil, que possui o desafio de associar a perspectiva do desenvolvimento econômico com a efetivação da sustentabilidade no processo de gestão pública.

Considera-se que a proposta do Programa Bolsa Floresta ratificou um valor econômico à natureza, na busca pela reversão ou controle dos agravos nas mudanças globais do clima, dando crédito às deliberações internacionais, a partir da resolução da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, instituída pela Lei nº 3135, em 2007, do Estado do Amazonas, a qual cria este Programa.

Assim, com a criação do Programa Bolsa Floresta, em 2007, passou-se a destinar um pagamento para as comunidades tradicionais residentes nas Unidades de Conservação estaduais, em que a premissa do mercado foi imposta como resposta à grande parte dos danos gerados ao ambiente em detrimento dos modos de produção vigentes.

Sua proposta de remuneração aos moradores das unidades de conservação do Estado do Amazonas contribuiu para a criação do Programa Bolsa Verde, dentro do Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal em 2011, uma das estratégias de combate à pobreza e erradicação da miséria, a ser implantada dentro das unidades de conservação federais em todo o país.

Estas duas formas de remuneração aos moradores das unidades de conservação podem ser compreendidas no âmbito das recentes formas de provisão do Estado à questão social e ambiental, por meio dos programas de transferência de renda. Então, ratifica as condições de dependência destes moradores, uma vez que somado ao valor recebido do Programa Bolsa Floresta, recebem o Programa Bolsa Família e demais benefícios que lhes são resguardados pelas estratégias de provisão.

O pagamento por serviços ambientais, provenientes do Programa Bolsa Floresta, possui caráter político semelhante às formas de provisão social que o Estado brasileiro assumiu frente à proteção social, na forma de programas de transferência de renda, além de contribuir com as propostas que deveriam ser provenientes da legislação que prevê a Reforma Agrária e da própria legislação ambiental, específica para áreas de conservação no país.

Por meio da pesquisa realizada, observou-se que o pagamento por serviços ambientais que é repassado pelo Programa Bolsa Floresta, para os moradores das Unidades de Conservação, transcende o valor econômico que se atribui ao ambiente, também, garante o acesso a bens e serviços públicos que esta população não disponibilizava.

Entende-se que este pagamento se configura sob a ótica da providência do Estado, respondendo tanto às determinações internacionais, aos grupos de interesse econômico, à premissa neoliberal e às populações locais, que demandam por políticas que garantam sua produção e reprodução social.

A proteção social, que engloba as ações dentro das Unidades de Conservação, é compreendida sob a perspectiva de Sposati (2008) no contexto da particularidade sócio-histórica e político-econômica presente na região amazônica, uma vez que os moradores das destas áreas não possuem uma relação intrínseca com a legislação social do trabalho.

Neste sentido, o pagamento por serviços ambientais, bem como as ações empreendidas nas Unidades de Conservação, proporcionaram acesso aos direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988. A remuneração que é repassada, os critérios estabelecidos pelo Programa impõem a existência civil, aprofundamento nas formas de participação social e garantem as formas de reprodução social específicas aos moradores.

Convém enfatizar que apesar da acessibilidade que é disponibilizada às comunidades das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, o acesso a bens e serviços sociais, ainda é precário e só ocorre mediante a premissa do desenvolvimento sustentável, com base nas relações econômicas internacionais, que visualizam o usufruto dos serviços ambientais disponíveis na região.

Deste modo, observou-se que os bens e serviços que foram disponibilizados pelo Programa Bolsa Floresta na RESEX Catuá-Ipixuna constituíram em avanço, porém não é significativo a ponto de emancipar os moradores da dependência do benefício para a garantia da reprodução social.

Igualmente, os bens adquiridos nesta RESEX não eliminaram o patamar de dependência das comunidades, pois não funcionam adequadamente quando se observa: a construção interrompida da escola da comunidade Bela Conquista, que acarretou na perda de

recursos do Programa; a manipulação inadequada das máquinas de bater açaí pelos moradores; o acesso restrito da comunicação dos moradores por meio da radiofonia; a falta de acompanhamento freqüente dos técnicos da FAS e a difusão limitada de informações por parte da diretoria da AACI.

Percebe-se que relegar aos moradores da RESEX a responsabilidade de conservar os recursos, consolida a idéia de um Estado mínimo e a primazia do mercado, a partir da descentralização das ações governamentais (CARVALHO, 1999) e do incentivo da participação da sociedade na coisa pública, seja pelo papel atribuído aos moradores ou pela captação de recursos nas grandes instituições privadas.

A participação da sociedade transparece no Programa Bolsa Floresta por meio da instituição da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), organização não governamental responsável pela administração dos recursos do Programa, os quais são provenientes dos investimentos de instituições da sociedade civil de modo geral.

Deste modo, os moradores da RESEX deveriam possuir uma relação estreita com os técnicos da FAS, responsáveis pela efetivação das ações do Programa. Observou-se insatisfação dos moradores no âmbito desta relação, mediante a presença esporádica destes técnicos dentro da RESEX e na própria sede do município de Tefé, onde se localiza o flutuante-base da FAS. Outro fator que contribui para esta insatisfação é a imposição das formas de uso dos bens adquiridos pela comunidade, por meio da assinatura de um termo de compromisso de uso pelos moradores, responsabilizando-os pelos bens.

No contexto da insatisfação com o Programa, é freqüente o questionamento quanto à forma como é prestado contas dos recursos disponibilizados pelo Programa. A transparência que é prevista por lei sobre a coisa pública, é aplicada pelo Programa por meio dos Relatórios de Gestão anuais da FAS. Entretanto, estes não disponibilizam adequadamente informações sobre o valor dos custos (notas fiscais ou valores por bem adquirido), principalmente da RESEX Catuá-Ipixuna, que tem pouca referência nos relatórios analisados neste estudo.

Questiona-se a capacidade de execução do Plano de Gestão desta RESEX, pois as articulações com parcerias institucionais, das demais Secretarias de Estado, para a efetivação do acesso a bens e serviços aos moradores, bem como no resguardo da floresta, são as mesmas parcerias previstas pelo Programa Bolsa Floresta, sendo uma sobreposição das propostas e objetivos do referido Plano e da Política Ambiental do Estado.

Apesar da contribuição que este Programa tem dado no acesso a bens e serviços aos moradores, entende-se que esta estratégia passa a restringir a garantia e acesso de direitos aos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna na medida em que desobriga a fomentação de forma

coerente a efetiva da transparência de todo o processo de execução e da sobreposição do Plano de Gestão da RESEX, o que facilitaria e tornaria mais ágil o referido acesso.

Diante deste quadro, observou-se que para os moradores da comunidade Bela Conquista, a restrição do território por eles habitado é considerada como positiva, pois resguarda os recursos da natureza e as formas de trabalho com a implantação da RESEX. Além disto, intensificou-se as formas de organização comunitária para a manutenção dos recursos de uso comum, além do empreendimento de ações coletivas no espaço da comunidade.

Considera-se que apesar da inserção do Programa Bolsa Floresta e os incentivos provenientes deste, as práticas apropriadas pelos moradores para a sua reprodução social são anteriores a sua implantação, são condizentes as formas tradicionais de reprodução social que ainda preservam.

A instituição da AACI proporcionou aos moradores a garantia do acesso às informações sobre o Programa Bolsa Floresta e às deliberações das demandas da RESEX a serem apresentadas para este. Por meio da Associação passaram a ter acesso a informações e importância como participantes no processo decisório na esfera do Estado, especificamente, dos programas vigentes na Unidade de Conservação.

No conjunto das ações empreendidas pelo Estado na RESEX Catuá-Ipixuna, considera-se que outras possibilidades de investimentos sociais devem ser garantidas para concretizar melhores condições de reprodução social a estes moradores. Pois estes moradores passaram a congregam o universo de novos atores sociais e políticos que permanecem na luta pelo acesso a políticas públicas e pela efetivação de seus direitos.

A relevância das informações apresentadas neste estudo consiste no aprofundamento do conhecimento das relações de produção e reprodução presentes no contexto dos moradores da RESEX Catuá-Ipixuna, como se associa às determinações do Estado, frente à garantia do acesso a bens e serviços públicos e das recentes formas de provisão apresentadas pelo pagamento por serviços ambientais e/ou transferência de renda.

A análise em questão subsidia relevante contribuição para formação profissional do Serviço Social, à medida que, proporciona um olhar histórico-crítico sobre as condições de vida dos moradores desta RESEX. Amplia o horizonte de atuação profissional e proporciona dados para a construção e melhoria de propostas que a garantam os direitos sociais previstos a estes moradores e a sociedade brasileira em sua totalidade.



## REFERÊNCIAS

- AHRENS, Sergio. O “novo” código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. Publicado em 2003. Disponível em:  
<<http://www.ambientebrasil.com.br/florestaldownloadSAhrensCodigoFlorestal.pdf>> Acesso em 20/05/2011.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony et. al. O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba, Paraná: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994, p. 17-47.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conceito de terras tradicionalmente ocupadas. 2005. Disponível em:  
<<http://www.agu.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=85444&idsite=1115&ordenação=1>>. Acesso em 18 de jul. de 2010.
- AMAZONAS. Plano de Gestão RESEX Catuá-Ipixuna 2010. Disponível em:<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/downloads/category/9-planosdegestao.html>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 3.135 de 05 de junho de 2007. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. In: LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato (orgs.). Direito e mudanças climáticas [recurso eletrônico]: inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. Disponível em <[http://www.resol.com.br/textos/direito\\_e\\_mudancas\\_climaticas\\_1\\_-\\_inovacoes\\_legislativas\\_em\\_materia\\_de\\_mudancas\\_climaticas.pdf](http://www.resol.com.br/textos/direito_e_mudancas_climaticas_1_-_inovacoes_legislativas_em_materia_de_mudancas_climaticas.pdf)> Acesso em 15/01/2011.
- BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui e NEVES, Walter (Ed.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109-143.
- BERNARDES, Júlia Adão e FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. Cap. I. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. 5ª ed. Rio de Janeiro, editora Bertrand Brasil, 2009, p. 17-42.
- BRASIL. Plano Brasil sem Miséria. Disponível em:<<http://www.brasilsemiseria.gov.br/conheca-o-plano/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. In: LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato (orgs.). Direito e mudanças climáticas [recurso eletrônico]: inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. Disponível em <[http://www.resol.com.br/textos/direito\\_e\\_mudancas\\_climaticas\\_1\\_-\\_inovacoes\\_legislativas\\_em\\_materia\\_de\\_mudancas\\_climaticas.pdf](http://www.resol.com.br/textos/direito_e_mudancas_climaticas_1_-_inovacoes_legislativas_em_materia_de_mudancas_climaticas.pdf)> Acesso em 15/01/2011.
- \_\_\_\_\_. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal 1988. Belo Horizonte: editoras Del Rey e Mandamentos, 2003.

\_\_\_\_\_. Política Nacional do Meio Ambiente, lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <[legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw\\_identificacao/lei6938-81?opendocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei6938-81?opendocument)> acesso em 10/05/2011.

BURSZTYN, Marcel. Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios ao novo século. In: \_\_\_\_\_ (org.). Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001, p. 9-20.

BURSZTYN, Maria Augusta, BURSZTYN, Marcel e ASSUNÇÃO, Francisca N. A. Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia. In: SAYAGO, D; TOURRAND, J-F e BURSZTYM, M. (org.). Amazônia: cenas e cenários. Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p. 263-293.

CARDENES, Jander e SCHERER, Elenise. Programa Bolsa-Floresta: recompensa financeira aos guardiões das florestas nas unidades de conservação do Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Jander-Cardenes.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo e RAICHELIS, Raquel (orgs.). Gestão social: uma questão em Debate. São Paulo: Educ; IEE, 1999, p. 19-30.

CASTRO, Edna Ramos. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes (org.). Estado e políticas na Amazônia: gestão e desenvolvimento regional. Belém: CEJUP: UFPA – NAEA, 2001, p. 07-32.

\_\_\_\_\_. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, Edna e FLORENCE, Pinton (orgs.). Faces do trópico húmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, Cejup; UFPA-NAEA, 1997, p. 221-242.

CUNHA, Luís Henrique e COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental. Cap. II. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. 5ª ed. Rio de Janeiro, editora Bertrand Brasil, 2009, p. 43-79.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2004.

ENGELS, Friederich. A Dialética da natureza. 3ª ed., Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1979.

FEARNSIDE, Philip M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4ª edição, São Paulo: Editora Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 314-344.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). Relatório de Gestão 2010. Disponível em: <<http://www.dminev.com/2010/04/relatorio-de-gestao-de-2010-da-fundacao.html>>. Acesso em 13/06/2011.

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão 2009. Disponível em: <<http://www.dminev.com/2010/04/relatorio-de-gestao-de-2009-da-fundacao.html>>. Acesso em 13/01/2011.

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão 2008. Disponível em: <<http://www.dminev.com/2010/04/relatorio-de-gestao-de-2008-da-fundacao.html>>. Acesso em 13/01/2011.

FUNDO AMAZÔNIA. Informações. Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt)>. Acesso em 20/05/2011.

- GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém : Cejup : UFPA-NAEA, 1997, p. 107-128.
- GOHN, Maria da Glória (org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 4ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2010, p. 13-32.
- GRANEMMAN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 223-238.
- LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. 02 ed. Tradução de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Coleção Educação Ambiental. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. Globalização, Ambiente e Sustentabilidade do Desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Maria Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 15-31.
- LEITE, José Rubens Morato; NETO, Ernesto Roessing. Dano Ambiental e a Política do Estado do Amazonas para as Mudanças Climáticas. In: LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato (orgs.). Direito e mudanças climáticas [recurso eletrônico]: inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. Disponível em <[http://www.resol.com.br/textos/direito\\_e\\_mudancas\\_climaticas\\_1\\_-\\_inovacoes\\_legislativas\\_em\\_materia\\_de\\_mudancas\\_climaticas.pdf](http://www.resol.com.br/textos/direito_e_mudancas_climaticas_1_-_inovacoes_legislativas_em_materia_de_mudancas_climaticas.pdf)> Acesso em 15/01/2011.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital. Livro I. Vol. I. 10ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo, editora DIFEL, 1985.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ª ed. Florianópolis, Ed. UFSC, 2004.
- Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- RIBEIRO, Wagner Costa. A ordem ambiental internacional. 2ª ed. São Paulo, Editora Contexto, 2005.
- SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita e Giovanni, Geraldo di. A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPOSATI, Aldaiza. Proteção Social na América Latina em Contexto da Globalização. In: Debates Sociais, nº 69-70, ano XLIII, 2008, p. 59-86.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. 3ª edição, São Paulo: Editora Cortez, Recife: EQUIP, Salvador: UFBA, 2002.
- YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 125-141.
- \_\_\_\_\_. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In: Revista Temporalis, nº 03, ABEPSS, Brasília, 2001, p. 32-40.
- WAMPLER, Brian. Transformando o Estado e a sociedade civil por meio da expansão das comunidades – política, associativa e de políticas públicas. In: AVRITZER, Leonardo (org.). São Paulo, Editora Cortez, 2010, p. 394-439.

WANDERLEY, Luiz E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. Desigualdades e Questão Social. São Paulo: Cortez/EDUC, 1997, p. 51-159.

WILHEIM, Jorge. O contexto da atual gestão social. In: RICO, Elizabeth de Melo e RAICHELIS, Raquel (orgs.). Gestão social: uma questão em Debate. São Paulo: Educ; IEE, 1999, p. 43-54.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A -**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL E**  
**SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**Roteiro de Entrevista dirigido aos Beneficiários do Programa Bolsa Floresta.**

Data:

Entrevista n°: 0\_\_

**I- Identificação do Informante**

1. Idade.
2. Sexo.
3. Estado Civil.
4. Nível de Escolaridade.
5. Onde nasceu? Quanto tempo reside na Unidade de Conservação?
6. Qual comunidade mora?
7. Profissão.
8. Número de filhos.

**II- Condições Sócio-econômicas**

9. Quantas pessoas residem na propriedade? O que são para o Senhor (a)?
10. Quantas pessoas trabalham? Quem são? Que atividades executam?
11. Qual a renda mensal da família?
12. Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

**III- Condições do beneficiário**

13. Quanto tempo participa do Programa Bolsa Floresta?
14. Como ficou sabendo da existência deste Programa?

15. Qual o valor que recebe?
16. O valor que recebe contribui para suprir as necessidades de sua família?
17. Em que utiliza o valor do pagamento?
18. Qual a sua relação com o Programa Bolsa Floresta?
19. Onde recebe o pagamento?
20. Encontra alguma dificuldade para receber?
21. Recebe algum tipo de assistência na Unidade de Conservação (municípios abrangidos)? Qual?
22. Participa das atividades desenvolvidas na unidade de conservação pelo Programa?
23. Que tipo de atividade já participou?
24. Qual a importância desta atividade para o Senhor (a)?
25. Quais atividades o senhor (a) pratica para manutenção de sua família?
26. Existe alguma mudança nas práticas (trabalho) realizadas com a implantação da unidade de conservação? E com a implantação do Programa?
27. Existe alguma dificuldade na realização das práticas (trabalho) de subsistência?
28. Além do Programa Bolsa Floresta sua família participa de outro programa social? Qual?
29. Tem conhecimento dos critérios de inclusão no programa?
30. Tem conhecimento das condições para participar do programa?
31. Qual sua relação com os técnicos da FAS? E do gestor da unidade de conservação?
32. Eles realizam acompanhamento regularmente a sua família/comunidade? De que forma?
33. Qual sua relação com as atividades realizadas pelo programa? O senhor (a) participa?
34. São oferecidos serviços públicos (saúde, educação, assistência) na unidade de conservação? Quais? Por quem?
35. Encontra dificuldades para recorrer aos serviços públicos? Quais?
36. Existe algum serviço público que ade de conservação na uni e ainda não conseguiu ter acesso? Qual?

#### **IV- Participação Social**

37. Conhece seus vizinhos? Existe algum tipo de cooperação entre vocês?
38. Participa de atividades disponíveis na unidade de conservação? De que forma?

39. O senhor (a) sabe o qual o significado do programa bolsa floresta? Qual a sua opinião sobre ele?
40. Com a implantação deste programa o que mudou na sua comunidade/ unidade de conservação?
41. Com a implantação da unidade de conservação o que mudou?
42. Como o senhor participa deste programa?
43. Considera que a sua participação e de sua família é importante para a conservação ambiental (da floresta)?
44. Que atividades foram abandonadas com a implantação do programa?
45. Como é sua relação com a associação dos moradores da unidade de conservação? O senhor (a) participa? De que forma?
46. Além do pagamento para a família existe outro rendimento proveniente dos recursos do programa?
47. O senhor (a) tem conhecimento do que seja desenvolvimento sustentável? O que entende por desenvolvimento sustentável?
48. O senhor (a) sabe o que é Reserva de Desenvolvimento Sustentável/ Reserva Extrativista?
49. Para o senhor (a) de quem é a responsabilidade em conservar a floresta amazônica?
50. O senhor (a) concorda em morar em uma unidade de conservação? Por quê?
51. Como imagina que no futuro estará a comunidade em que vive com o incentivo deste programa?
52. Para o senhor (a) existe a necessidade da permanência deste programa na unidade de conservação ou os moradores reconhecem a necessidade de conservar a natureza?



**APÊNDICE B -**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE  
NA AMAZÔNIA- PPGSS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Morador da Comunidade**

Convidamos a Sr.(a) para participar do Projeto de Pesquisa “**Programa Bolsa Floresta: um estudo do pagamento por serviços ambientais para as comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna no Amazonas**”, das pesquisadoras Alba dos Prazeres de Andrade e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Heloisa Helena Correa da Silva. A pesquisa tem como objetivo investigar as implicações da inserção do Programa Bolsa Floresta, enquanto pagamento por serviços ambientais, nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista na RESEX Catuá-Ipixuna, bem como, problematizar a proposta do Programa Bolsa Floresta para as comunidades tradicionais; identificar as determinações nas relações de produção e reprodução da comunidade Bela Conquista, e, analisar a organização política e social local a partir da inserção do Programa Bolsa Floresta. Os benefícios da pesquisa são os seguintes: os resultados da pesquisa poderão contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Floresta, assim sua participação é de fundamental importância para o melhor conhecimento das ações do Programa Bolsa Floresta, no sentido de conhecer sua relação com a comunidade. Os dados (fotos, gravações e demais materiais) serão arquivados em local seguro, junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade – UFAM. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os instrumentos a serem aplicados serão: observação participante, entrevistas semi-estruturada, gravador de voz, máquina fotográfica. Os riscos envolvidos com sua participação são: possíveis constrangimentos ou desconforto durante a entrevista, que serão minimizados através das seguintes providências:

- Garantir que a privacidade do participante seja mantida;
- Confidencialidade dos dados;

- Cautela na elaboração do roteiro de entrevistas e;
- Na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato com as **Pesquisadoras Alba dos Prazeres de Andrade, pelo telefone (92) 8823-4516 ou no endereço situado na Avenida General Rodrigo Otávio, nº 3000 – Bairro Japiim I, CEP: 69077-000 – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS; e Profa. Heloisa Helena Correa da Silva, pelo telefone (92) 3084-7984 ou no endereço situado na Avenida General Rodrigo Otávio, nº 3000 – Bairro Japiim I, CEP: 69077-000 – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS, ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFAM, pelo endereço situado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070, pelo telefone 3305-5130 e e-mail: cep@ufam.edu.br.**

Fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

ou

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

\_\_\_\_\_  
Alba dos Prazeres de Andrade  
Pesquisadora responsável

Impressão do dedo polegar \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011  
Caso não saiba assinar

## **ANEXOS**